



**By @kakashi\_copiador**



# NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Lei 14.133/2021

Prof. Antonio Daud



# NOÇÕES INTRODUTÓRIAS



# O que é “licitação” ?

# COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS

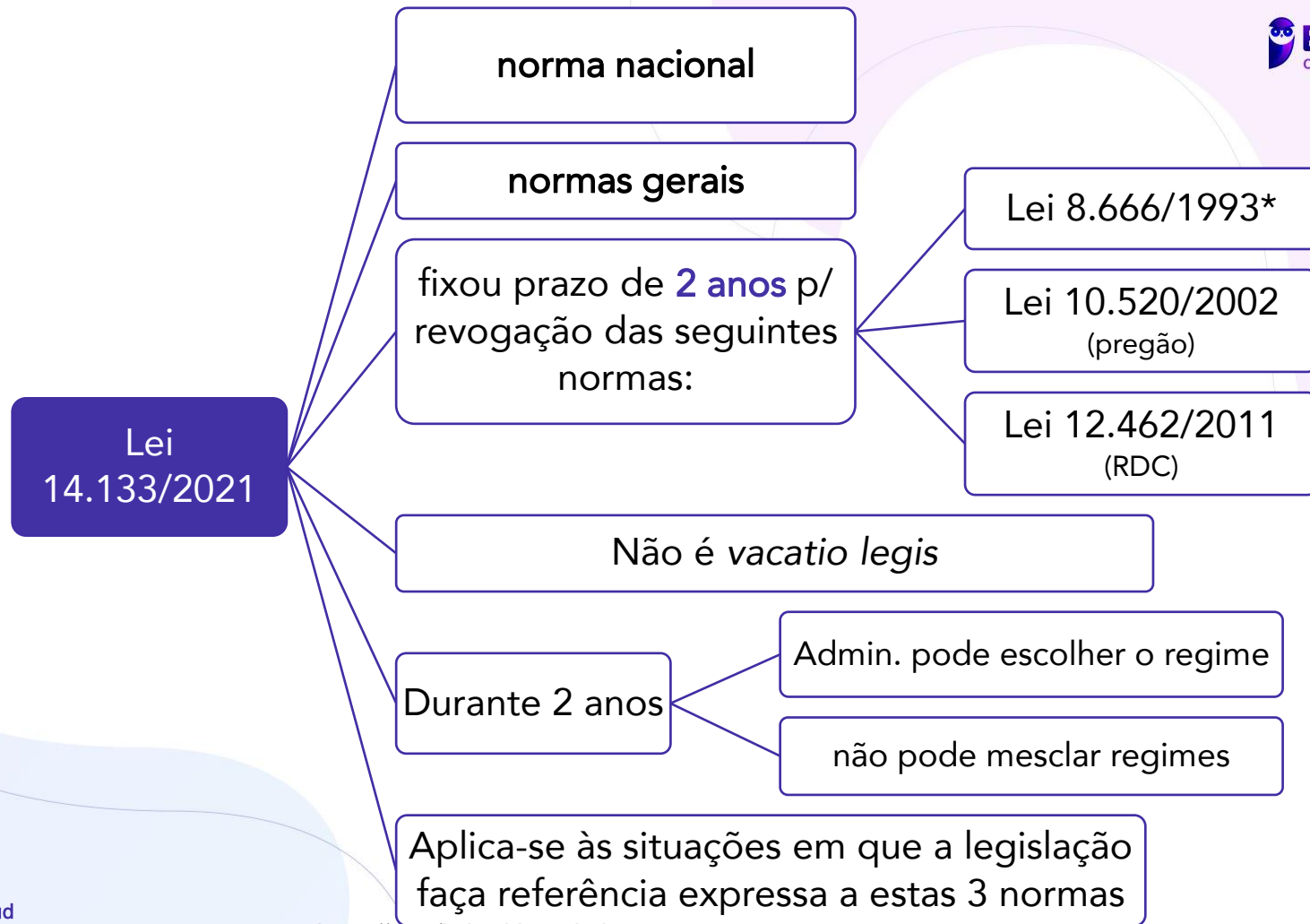
(CF, art. 22, XXVII)

**UNIÃO**

**Normas gerais**

**E, DF, M**

**Normas específicas**



# Regimes licitatórios: hoje

**Lei 14.133/2021**

Novo regulamento geral de licitações

**Lei 8.666/1993**

Regulamento geral de licitações

**Lei 10.520/2002**

Lei do pregão

**Lei 12.462/2011**

Regime diferenciado de contratação - RDC

**Lei 13.303/2016**

Licitações realizadas por empresas estatais

**Lei 12.232/2010**

Licitação de serviços de publicidade

**Leis 8.987/1995 e  
11.079/2004**

Licitações p/ concessão e permissão de  
serviços públicos



# Regimes licitatórios: daqui a 2 anos

**Lei 14.133/2021**

Regulamento geral de licitações

**Novo regulamento geral de licitações**

Regime diferenciado de contratação - RDC

**Lei 13.303/2016**

Licitações realizadas por empresas estatais

**Lei 12.232/2010**

Licitação de serviços de publicidade

**Leis 8.987/1995 e  
11.079/2004**

Licitações p/ concessão e permissão de  
serviços públicos

# Quem está alcançado pela NLL?

## nova lei alcança

### administração direta

(inclusive Legislativo e Judiciário no exercício da função administrativa)

### autarquias

### fundações públicas

### fundos especiais

### entidades controladas

## não alcança

**estatais** (regras constam da Lei 13.303/2016, exceto crimes da NLL)

**repartições no exterior**  
(regul. próprio, mas "princípios básicos" da NLL)

**contratações que envolvam recursos estrangeiros**  
(regras próprias)

**reservas internacionais**  
(ato normativo do Bacen)

# A quais contratações aplica-se a NLL?

Nova lei de  
licitações -  
aplicação

**compra** (inclusive por encomenda)

**prestação de serviços**, inclusive os técnico-profissionais especializados

**obras e serviços de arquitetura e engenharia**

**contratações de tecnologia da informação e de comunicação (TIC)**

**alienação de bens**

**locação**

**concessão e permissão de uso** de bens públicos

**concessão de direito real de uso** de bens

# A quais contratações não se aplica a NLL?

Nova lei de  
licitações - não  
aplicação

Contratações que tenham por objeto **operações de crédito** (interno ou externo)

**gestão da dívida pública** (como a venda de títulos financeiros pelo Tesouro Nacional)

incluídas **contratações de agente financeiro** e a concessão de **garantias relacionadas a estes contratos**

Contratações **sujeitas à legislação própria**

## nova lei aplica-se

compra (inclusive por encomenda)

prestação de serviços (inclusive os técnico-profissionais especializados)

obras e serv. de arquitetura e engenharia

contratações de TIC

alienação de bens

locação

concessão e permissão de uso de bens públicos

concessão de direito real de uso de bens

## não se aplica

operações de crédito e gestão da dívida pública

Contratações sujeitas à legislação própria

14.133/2021

nova norma geral sobre  
licitações e contratos (CF, art. 22, XXVII)

Alcança

Aplicação  
nacional

questões  
específicas:  
E, DF, M

Aplicação  
subsidiária  
p/ outros  
casos

admin.  
direta

Autarquias  
e  
fundações  
públicas

fundos  
especiais

entidades  
controladas





Novos princípios e  
objetivos

Modalidades

Crerérios de  
julgamento

Procedimentos  
auxiliares

Novo rito da  
licitação

Agentes que  
conduzem a  
licitação

Contratação direta





# OBJETIVOS DA LICITAÇÃO

(ART. 11)

# Objetivos da licitação

## Objetivos da licitação

Seleção da proposta apta a gerar o **resultado mais vantajoso**

**Tratamento isonômico**

**Desenvolvimento nacional sustentável**

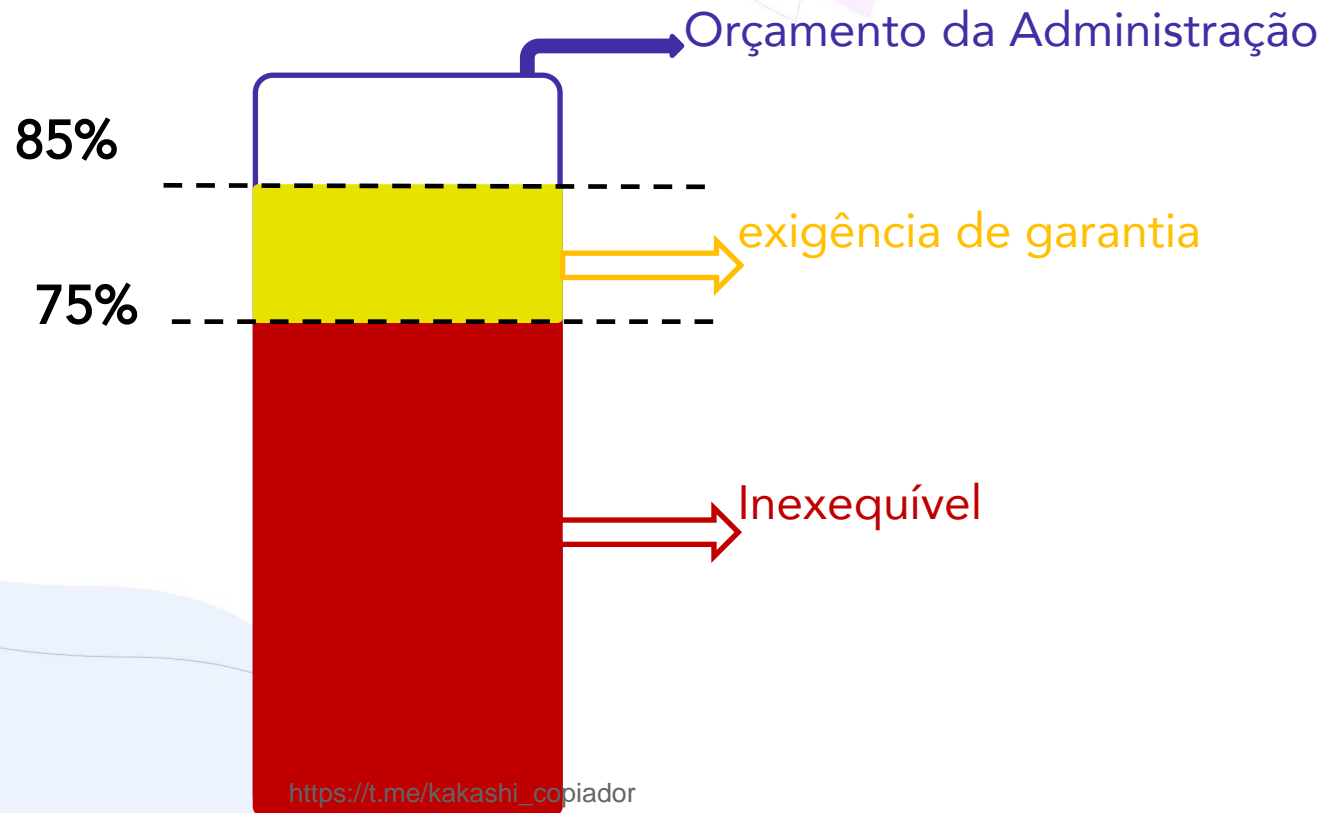
**Justa competição**

**Inovação**

**Evitar sobrepreço, inexecutabilidade ou superfaturamento**



## Obras e serviços de engenharia:



## Questão para fixação

Ocorre superfaturamento quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado

# Objetivos da licitação

Art. 11, parágrafo único. A **alta administração** do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e **deve implementar processos** e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o **intuito de alcançar os objetivos estabelecidos** no *caput* deste artigo, **promover um ambiente íntegro e confiável**, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.





# PRINCÍPIOS

(ART. 5º)

Prof. Antonio Daud



legalidade

impressoalida  
de

moralidade

publicidade

eficiência

eficácia

economicidad  
e

competitivida  
de

celeridade

desenv.  
nacional  
sustentável

igualdade

interesse  
público

probidade  
administrativa

planejamento

transparência

razoabilidade  
e  
proporionali  
dade

segurança  
jurídica

segregação  
de funções

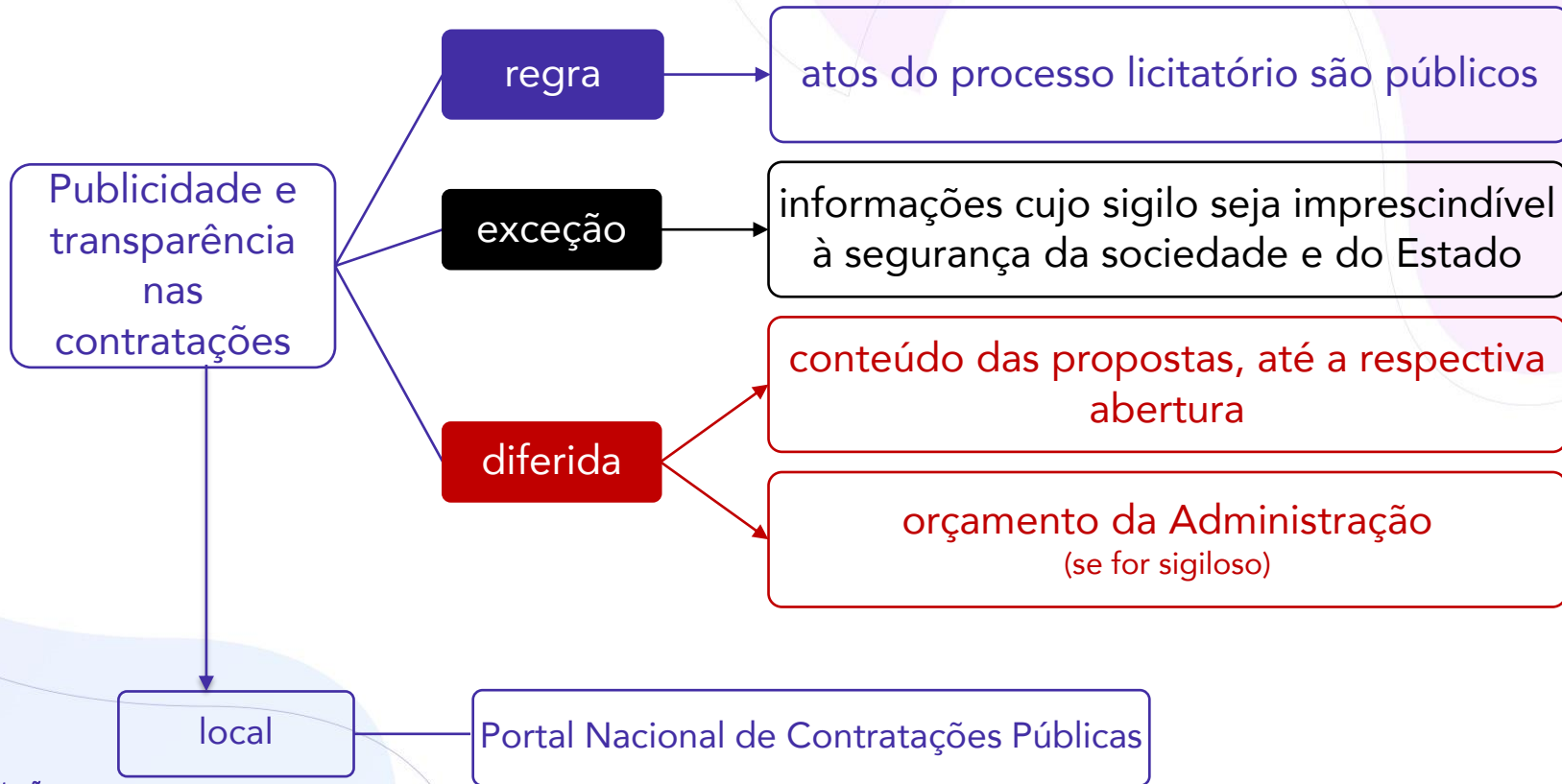
motivação

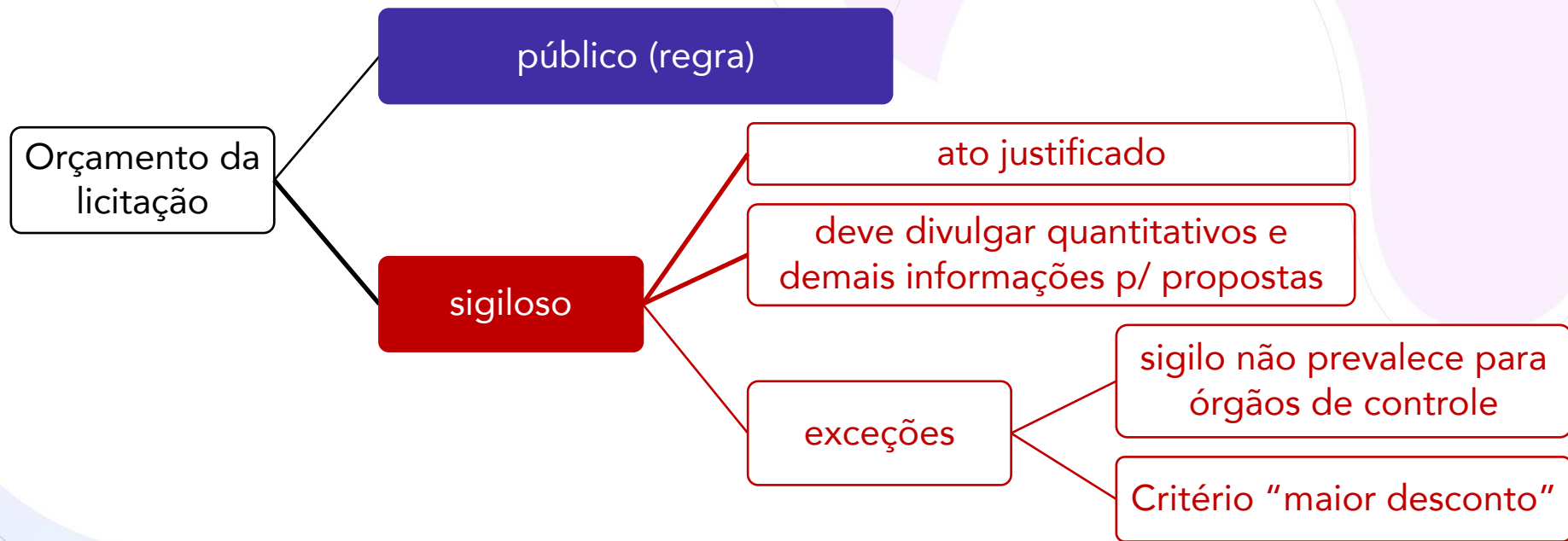
vinculação ao  
edital

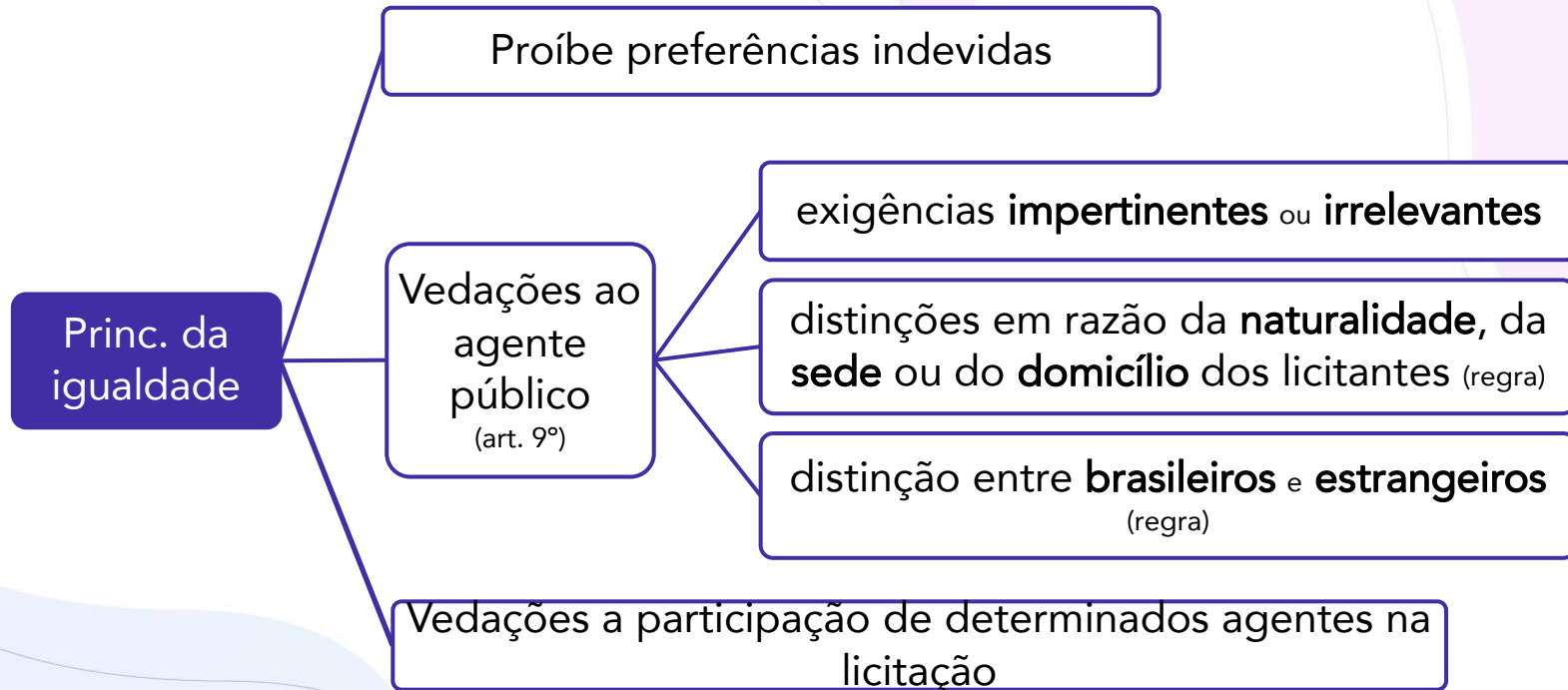
julgamento  
objetivo

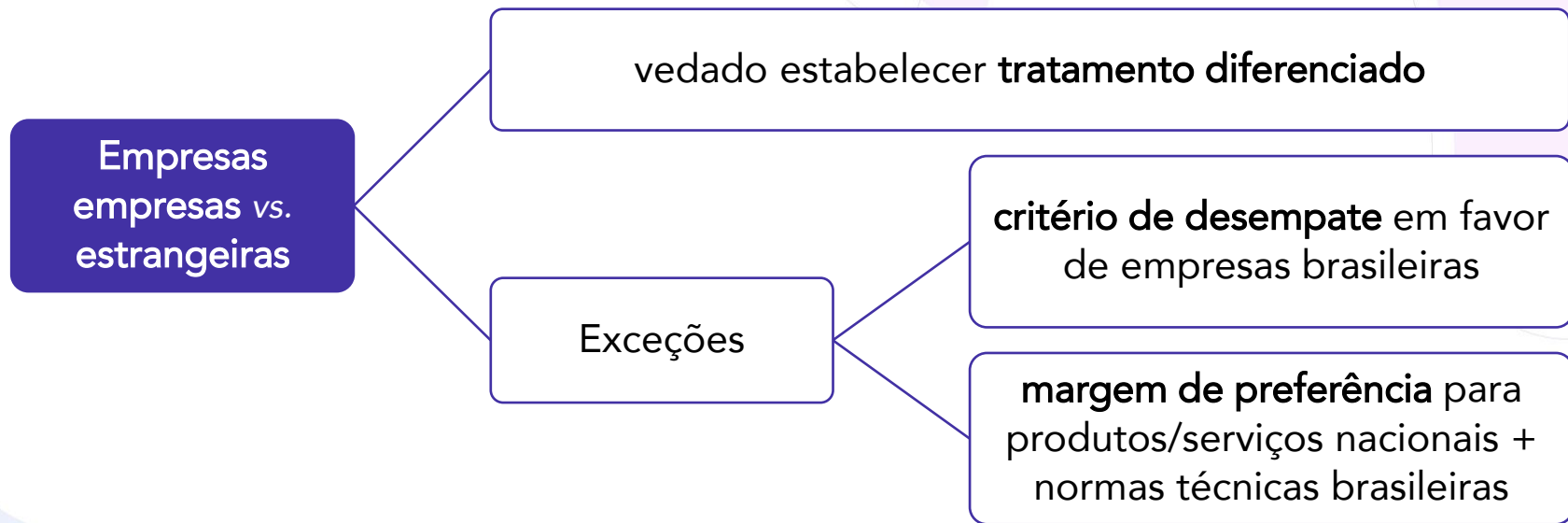
# L-I-M-P-E

# Princípios da Publicidade e Transparência

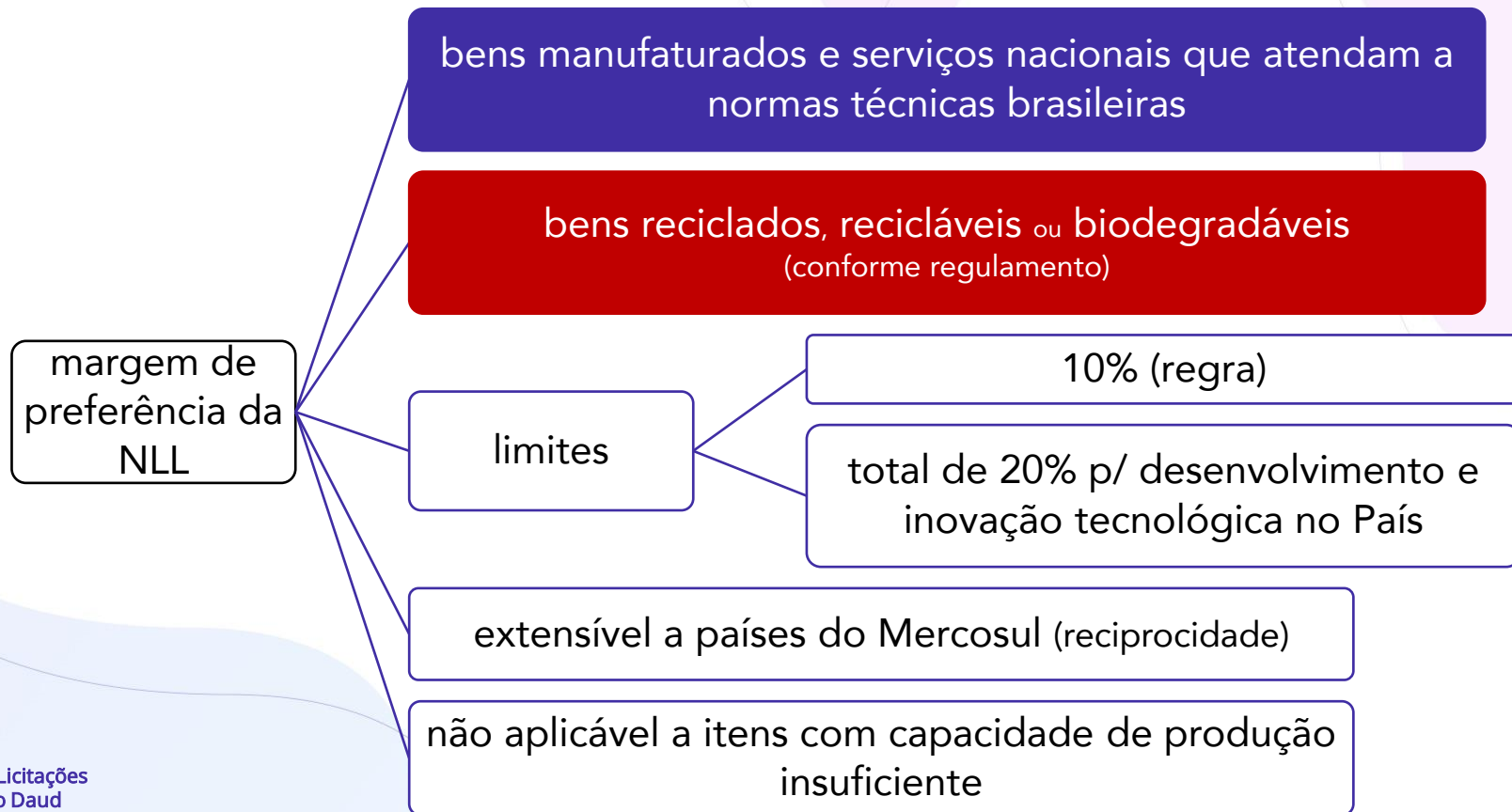


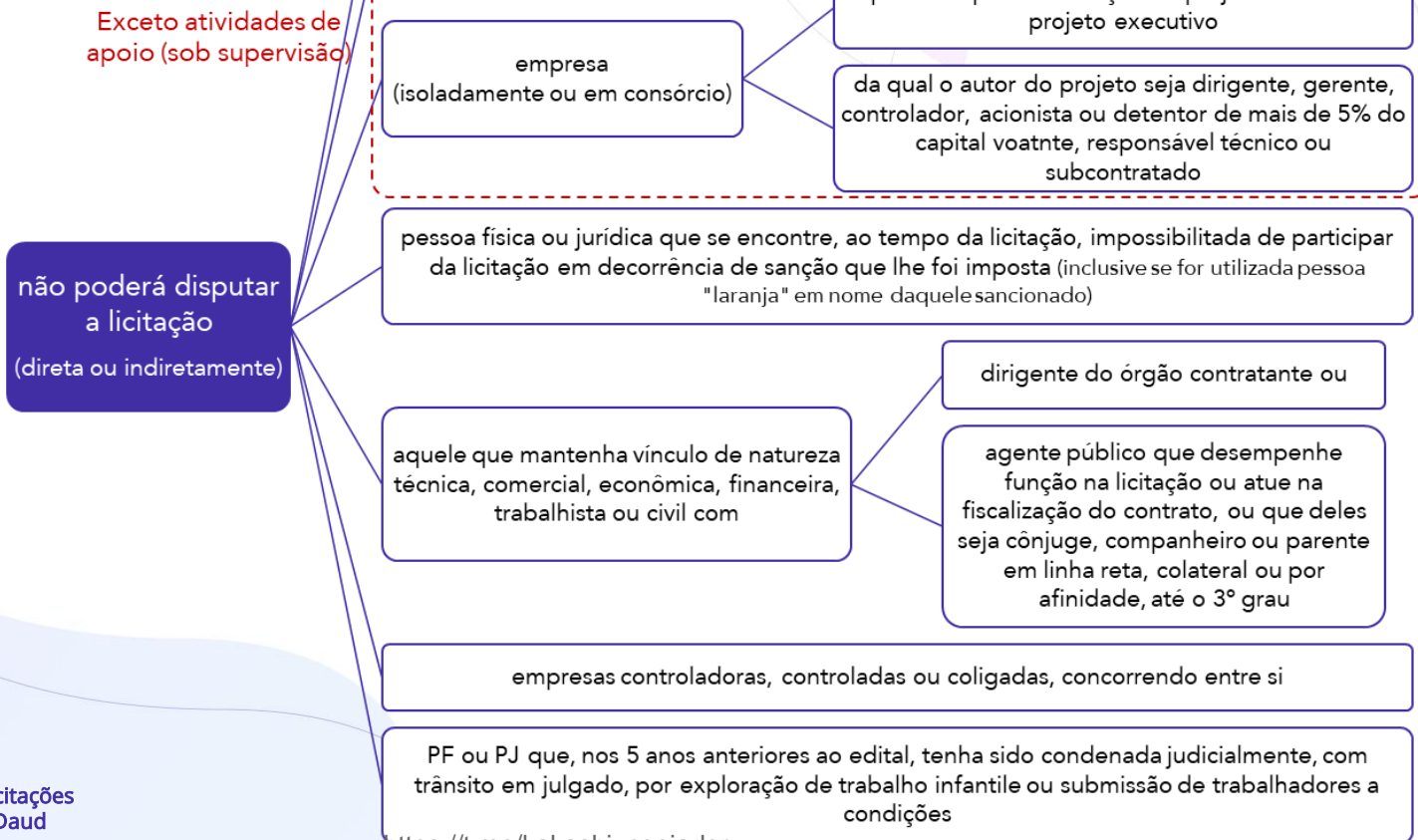






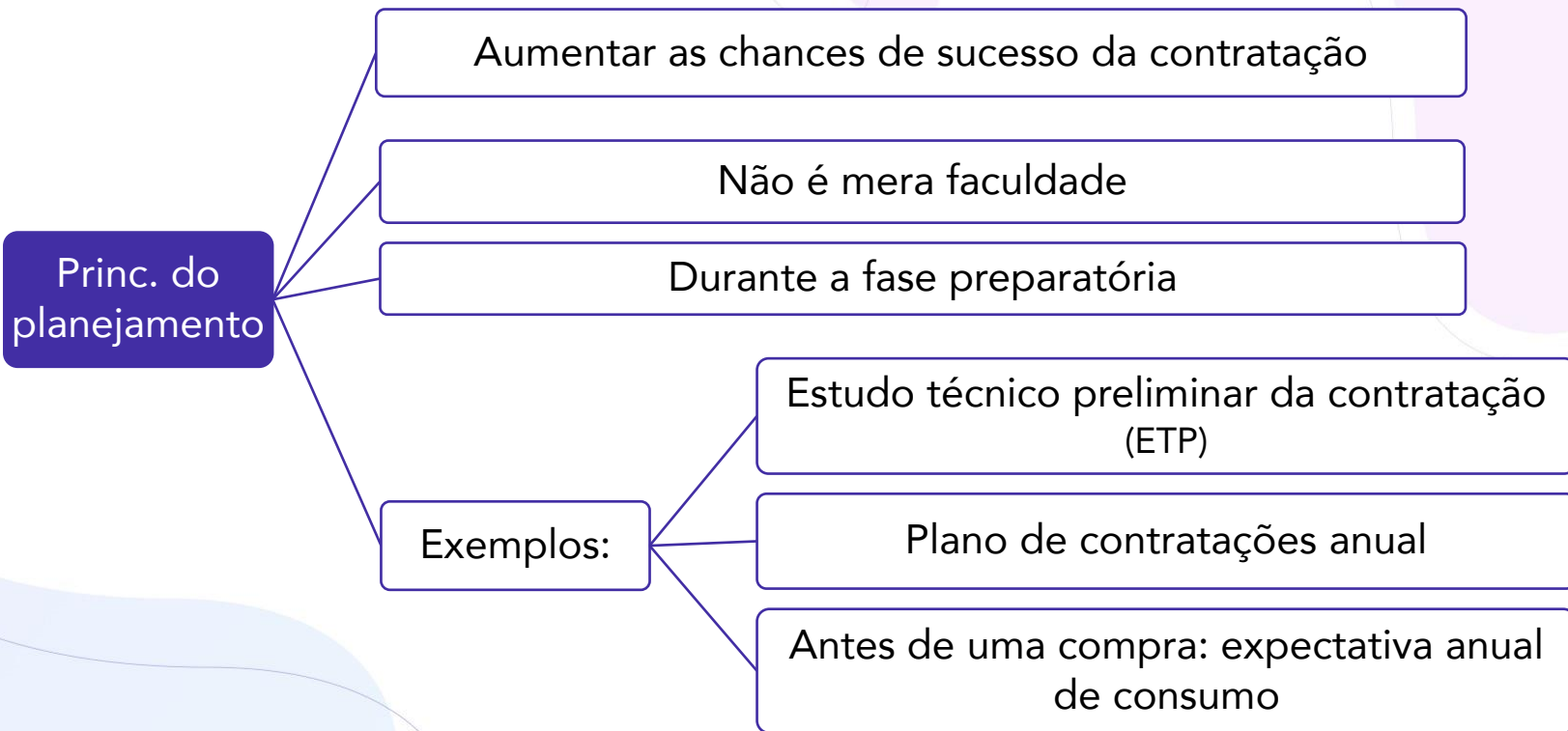
# Margem de preferência (art. 26)







# Planejamento



# Desenvolvimento nacional sustentável

Art. 25, § 9º O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que **percentual mínimo da mão de obra** responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por:

- I - **mulheres vítimas de violência doméstica**;
- II - oriundos ou **egressos do sistema prisional**.

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

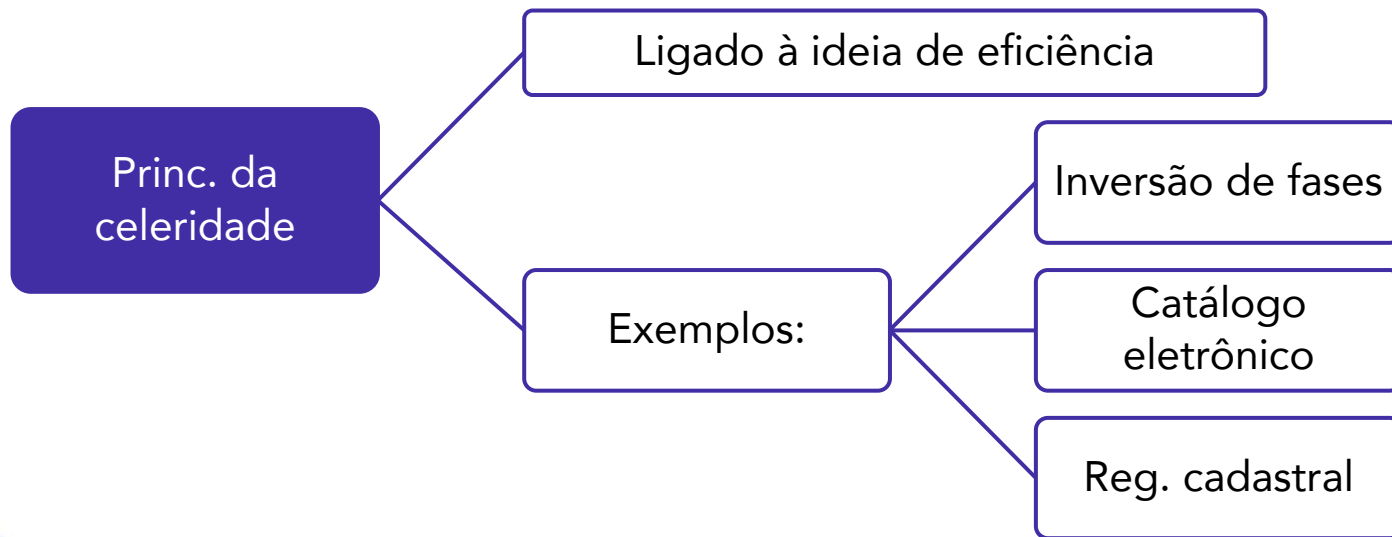
- I - **disposição final ambientalmente adequada** dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

Art. 60, § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada **preferência**, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I - **empresas estabelecidas no território do Estado** ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- II - **empresas brasileiras**;

# Celeridade



# Razoabilidade e Proporcionalidade

Art. 12, III - o desatendimento de **exigências meramente formais** que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

# Segregação de funções

Art. 7º, § 1º A autoridade referida no caput deste artigo [autoridade máxima do órgão] deverá observar o **princípio da segregação de funções,**

**vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos,**

de modo a **reduzir a possibilidade de ocultação de erros** e de **ocorrência de fraudes** na respectiva contratação.

# Virtualização

Art. 12, VI – os atos [da licitação] serão **preferencialmente digitais**, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados **por meio eletrônico**

Art. 17, § 2º As licitações serão realizadas **preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo.



# OBRIGADO



@professordaud



t.me/professordaud



# DEFINIÇÕES IMPORTANTES

Prof. Antonio Daud



# Objetos

compra

alienação de  
bens

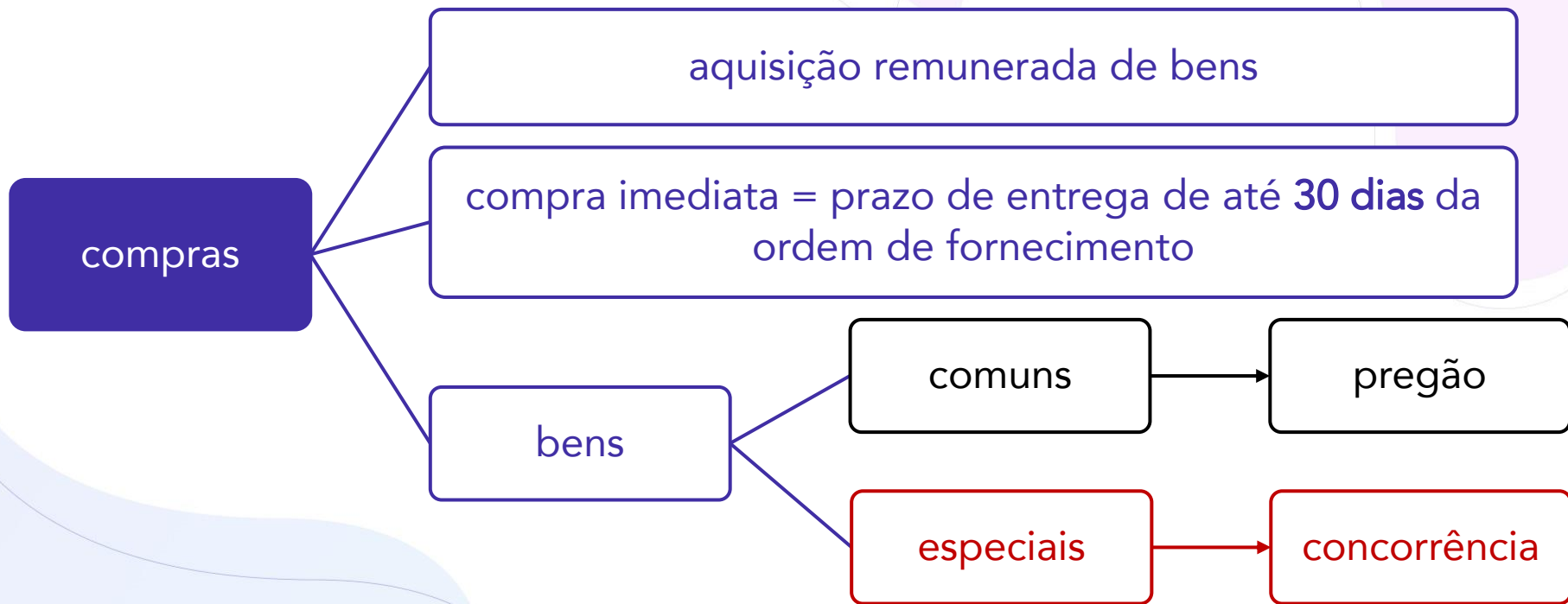
serviços

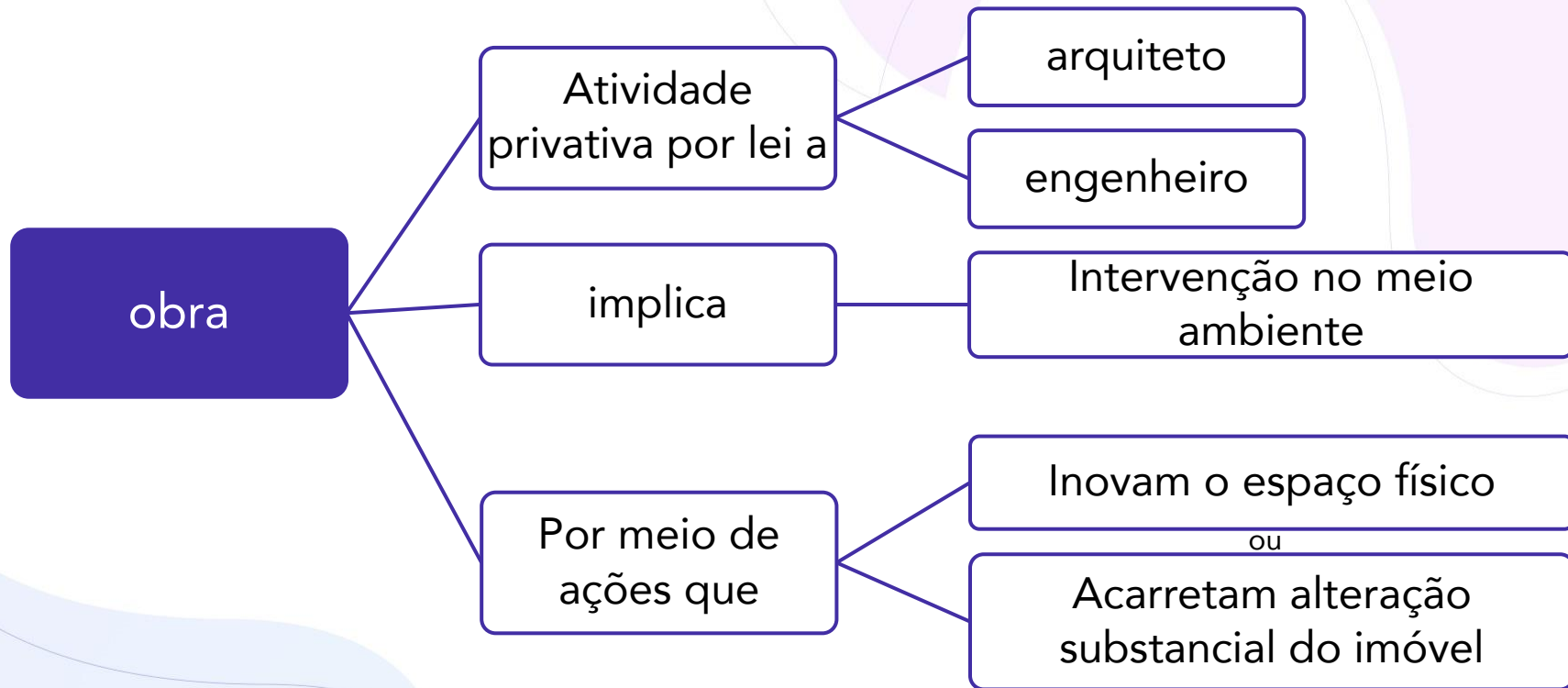
obras

locações

concessões

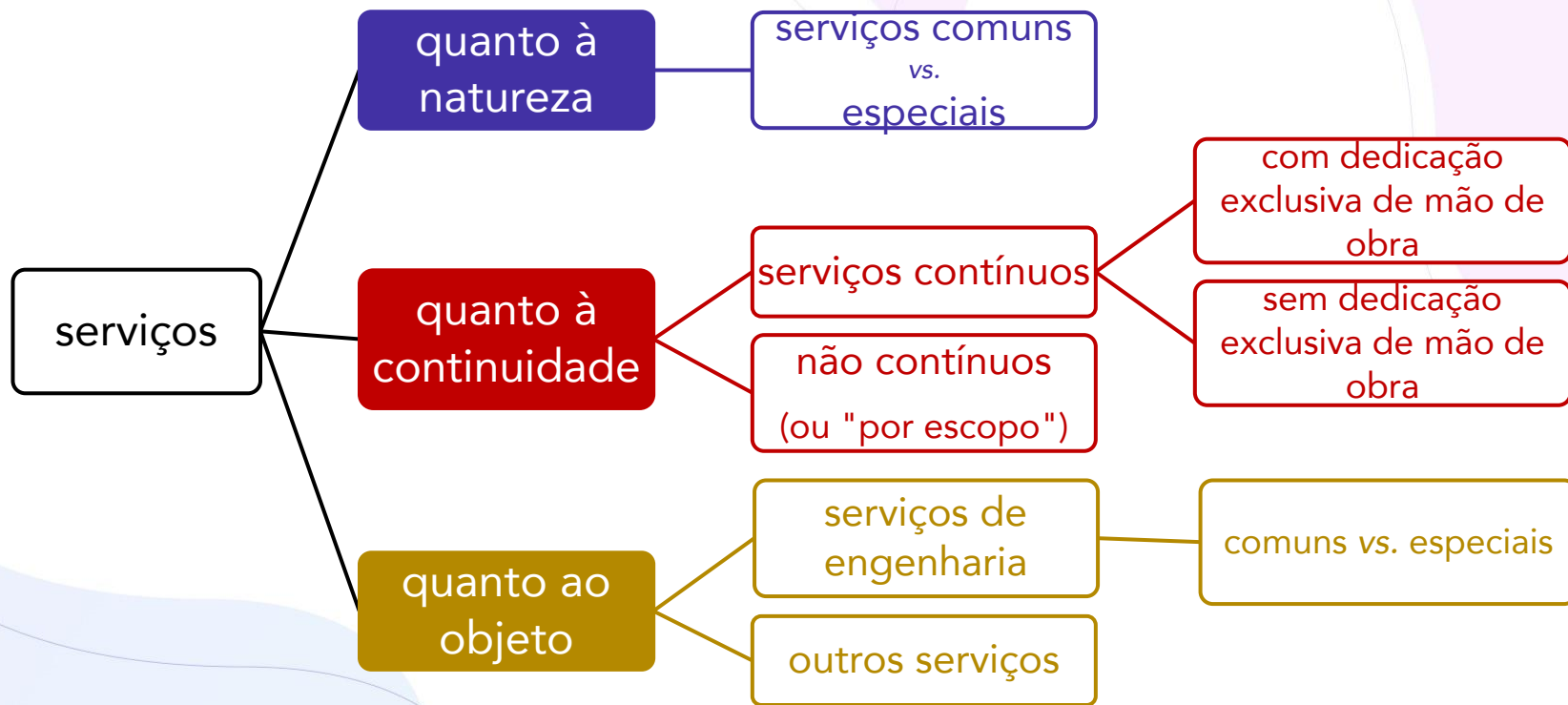
permissões



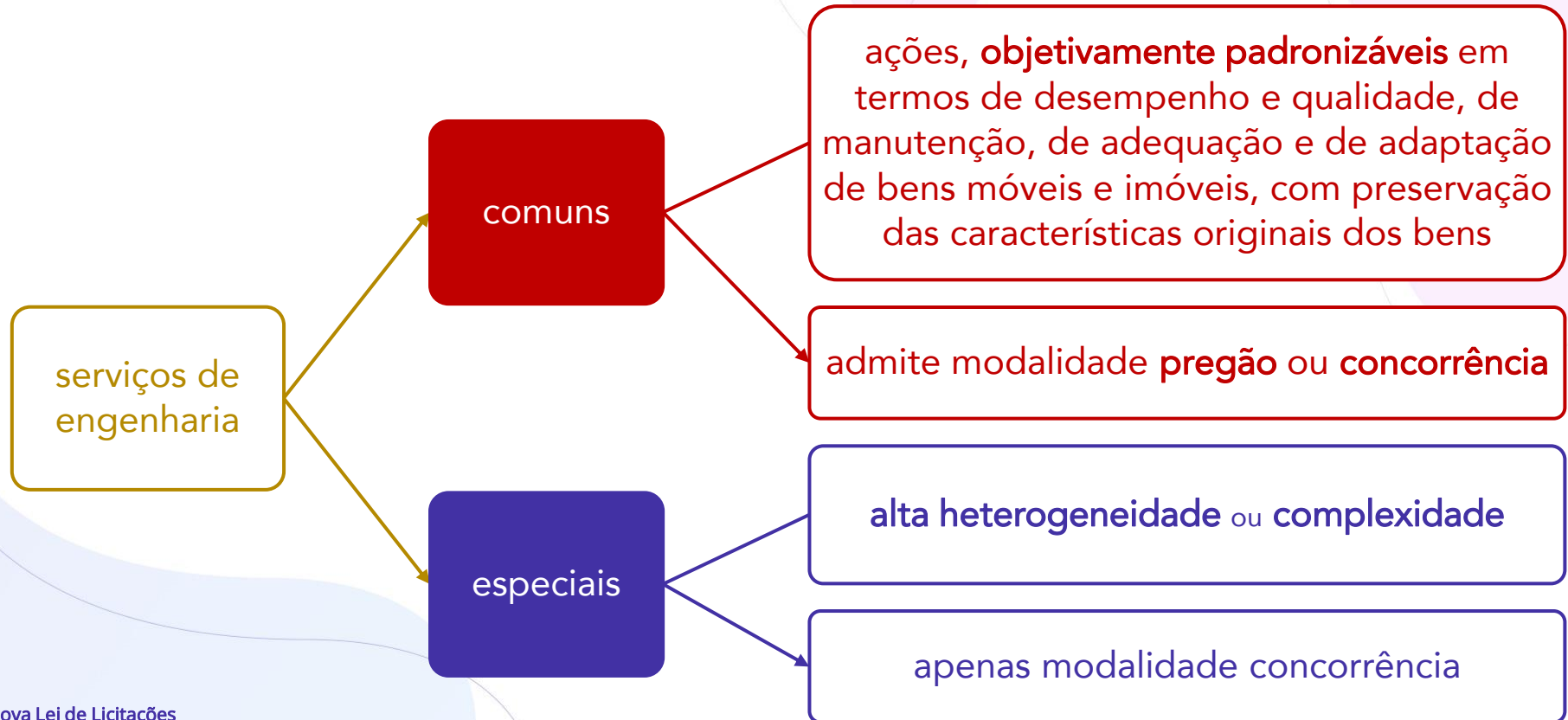


# Serviços

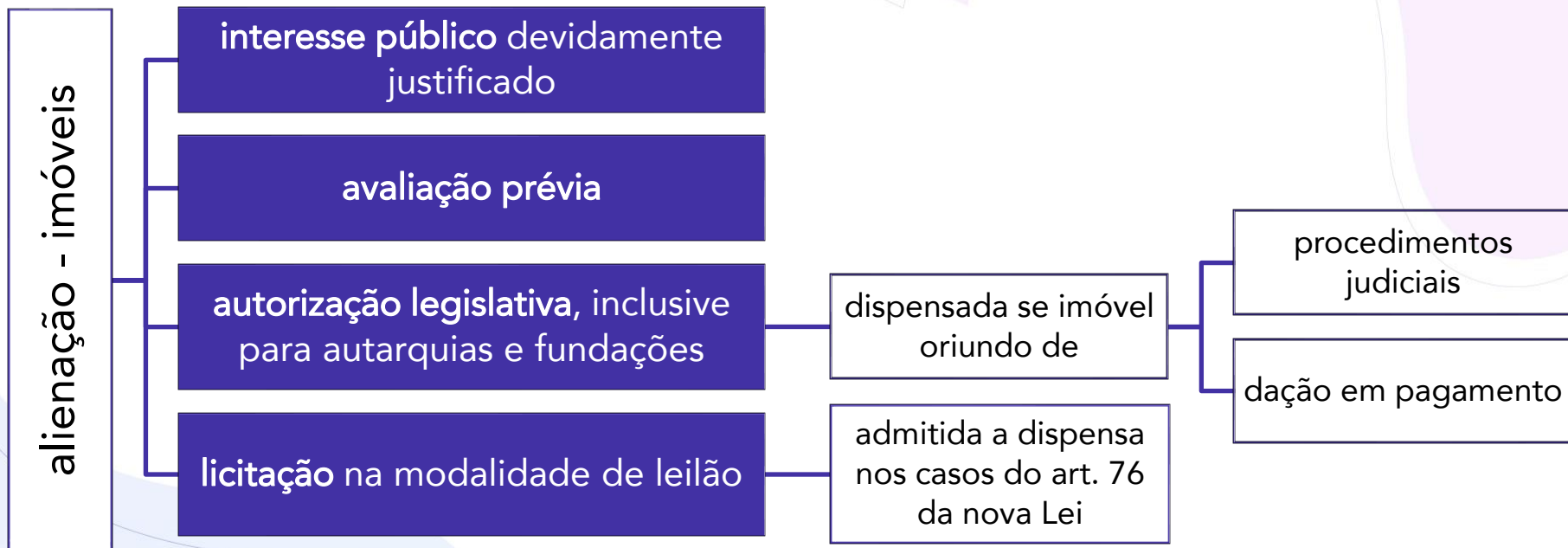
Art. 6º, XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a **obter determinada utilidade**, intelectual ou material, de interesse da Administração;



# Serviços de engenharia



# Alienações



# Alienações

alienação - móveis

interesse público devidamente  
justificado

avaliação prévia

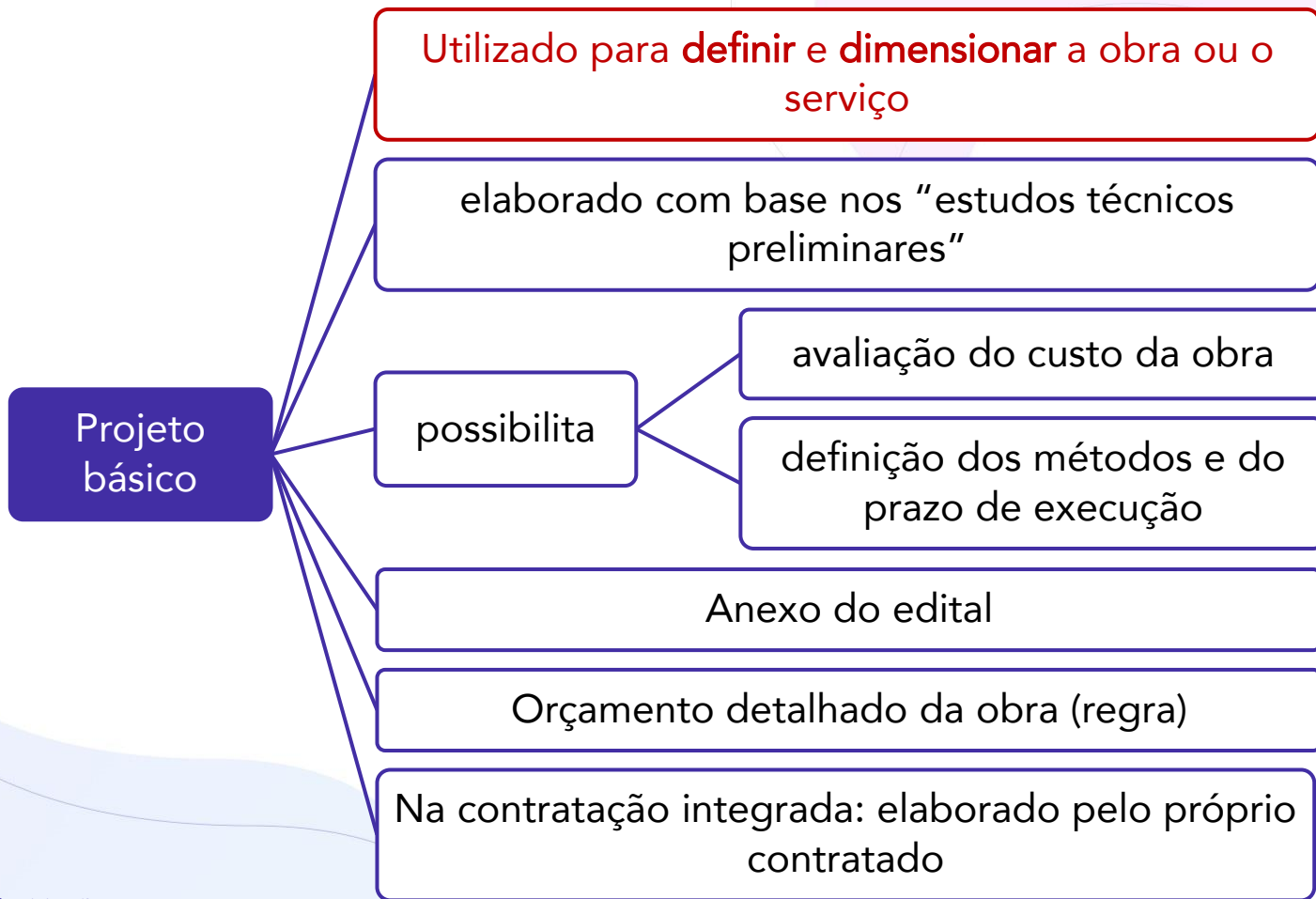
licitação na modalidade leilão

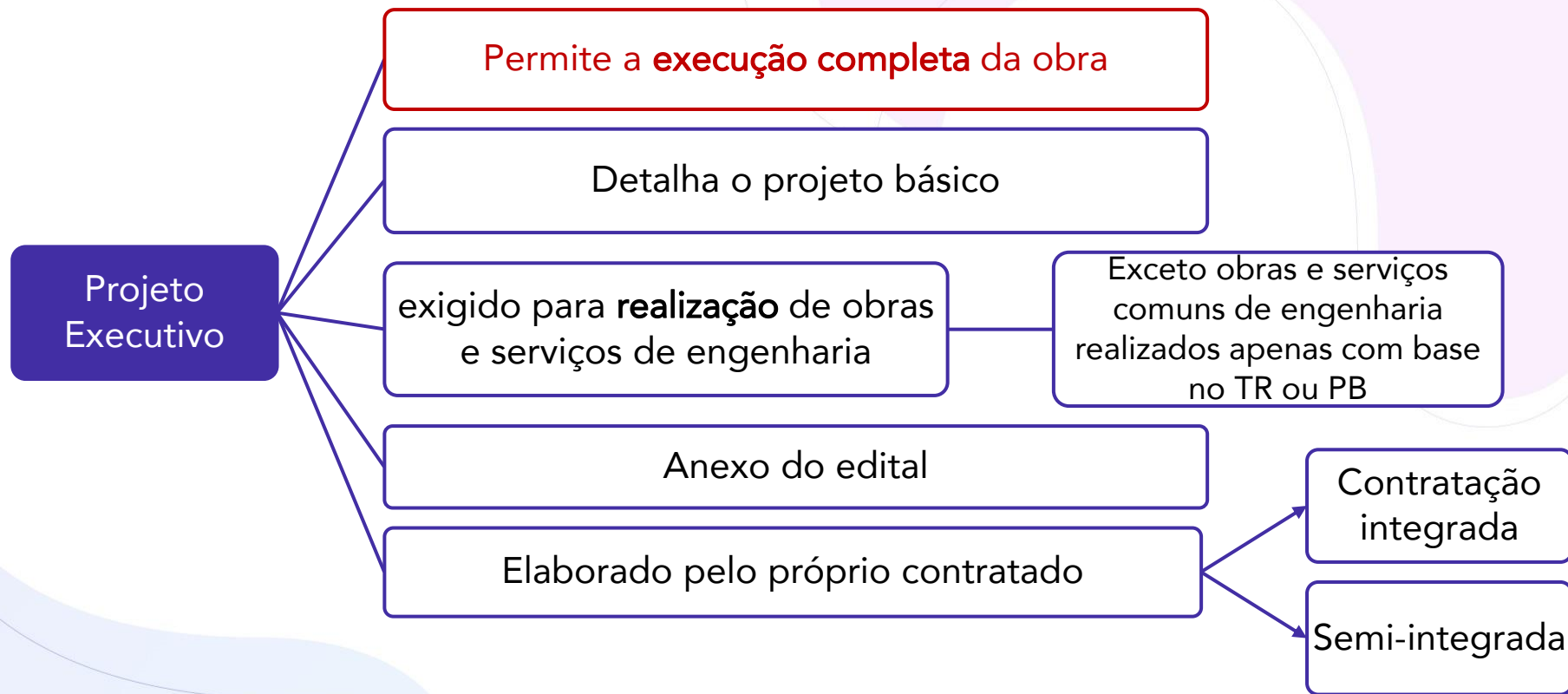
admitida a dispensa nos casos  
do art. 76 da nova Lei

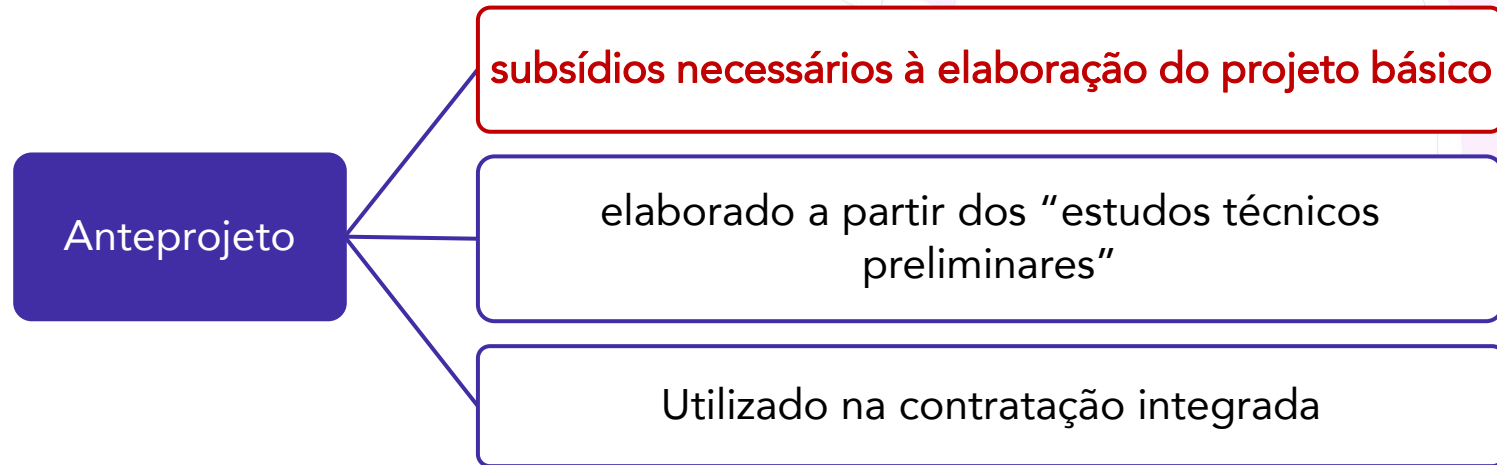


# Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo







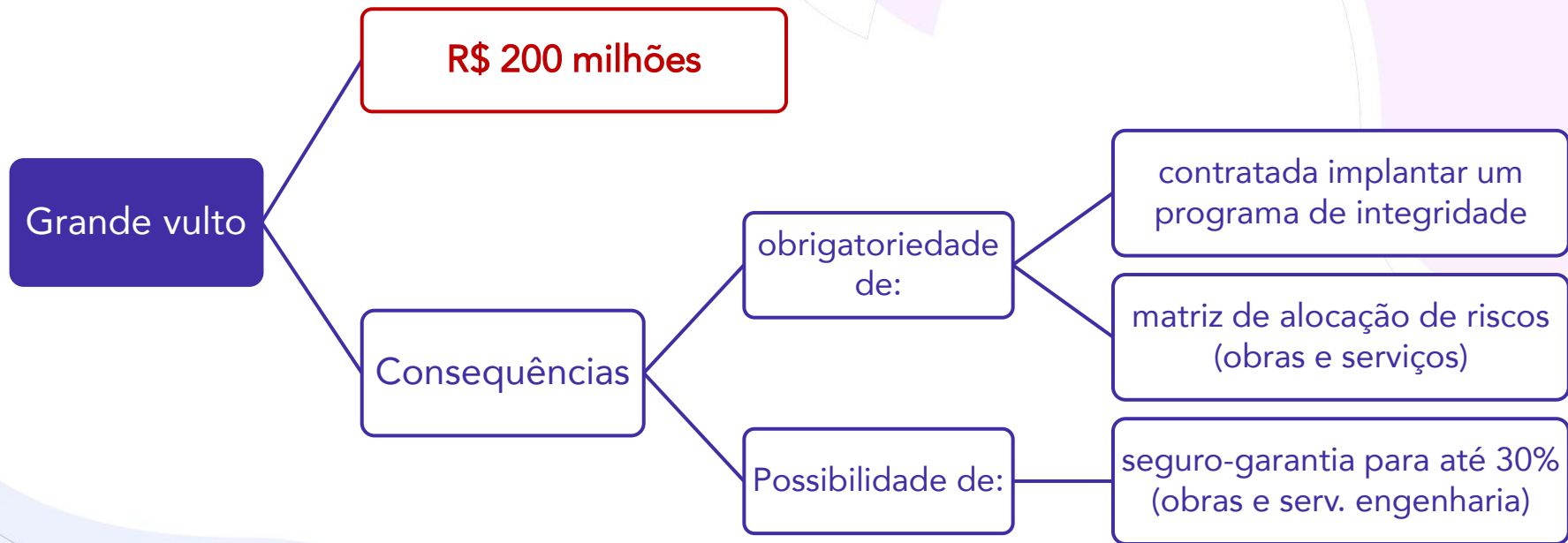


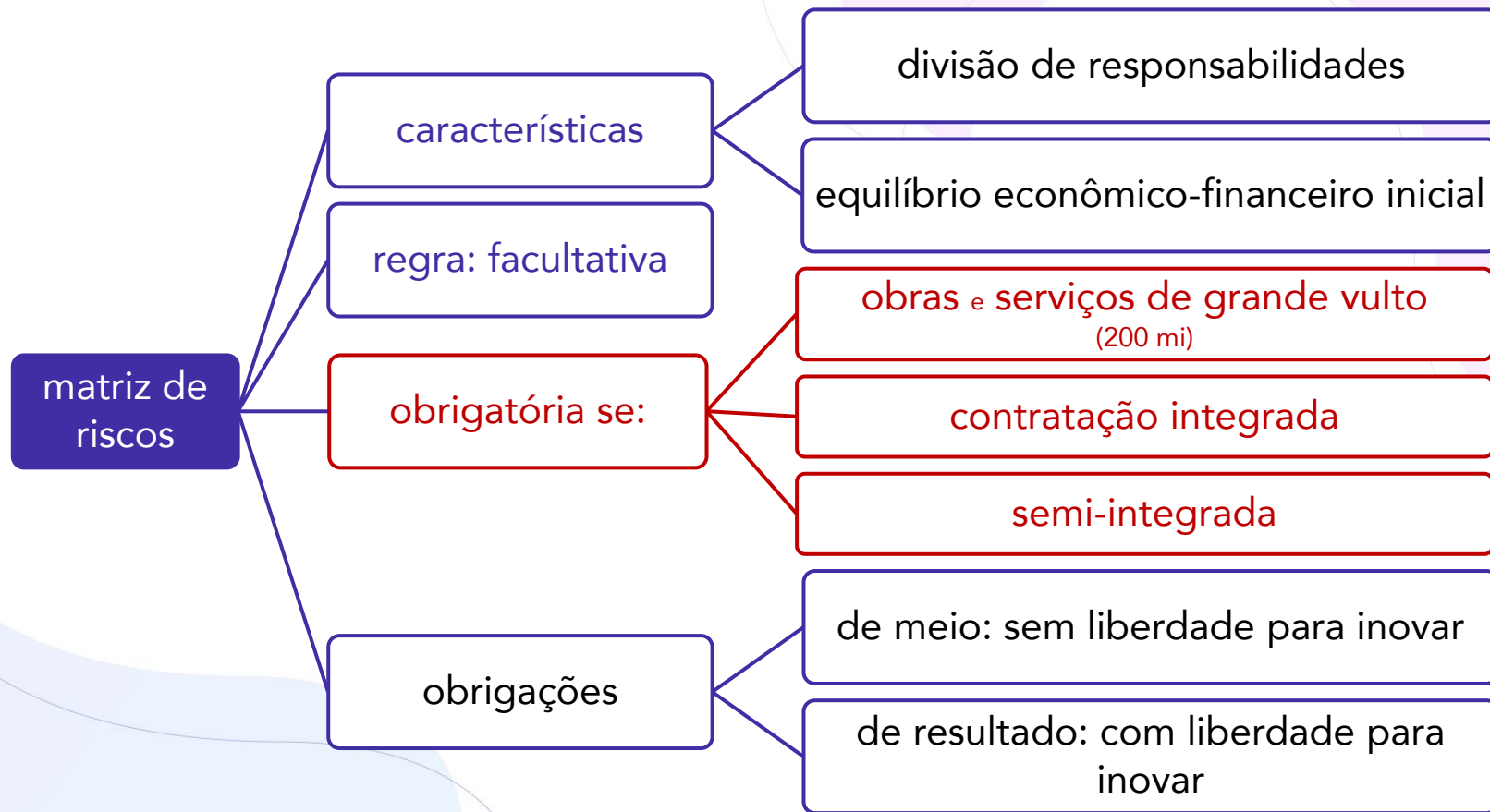
Anteprojeto

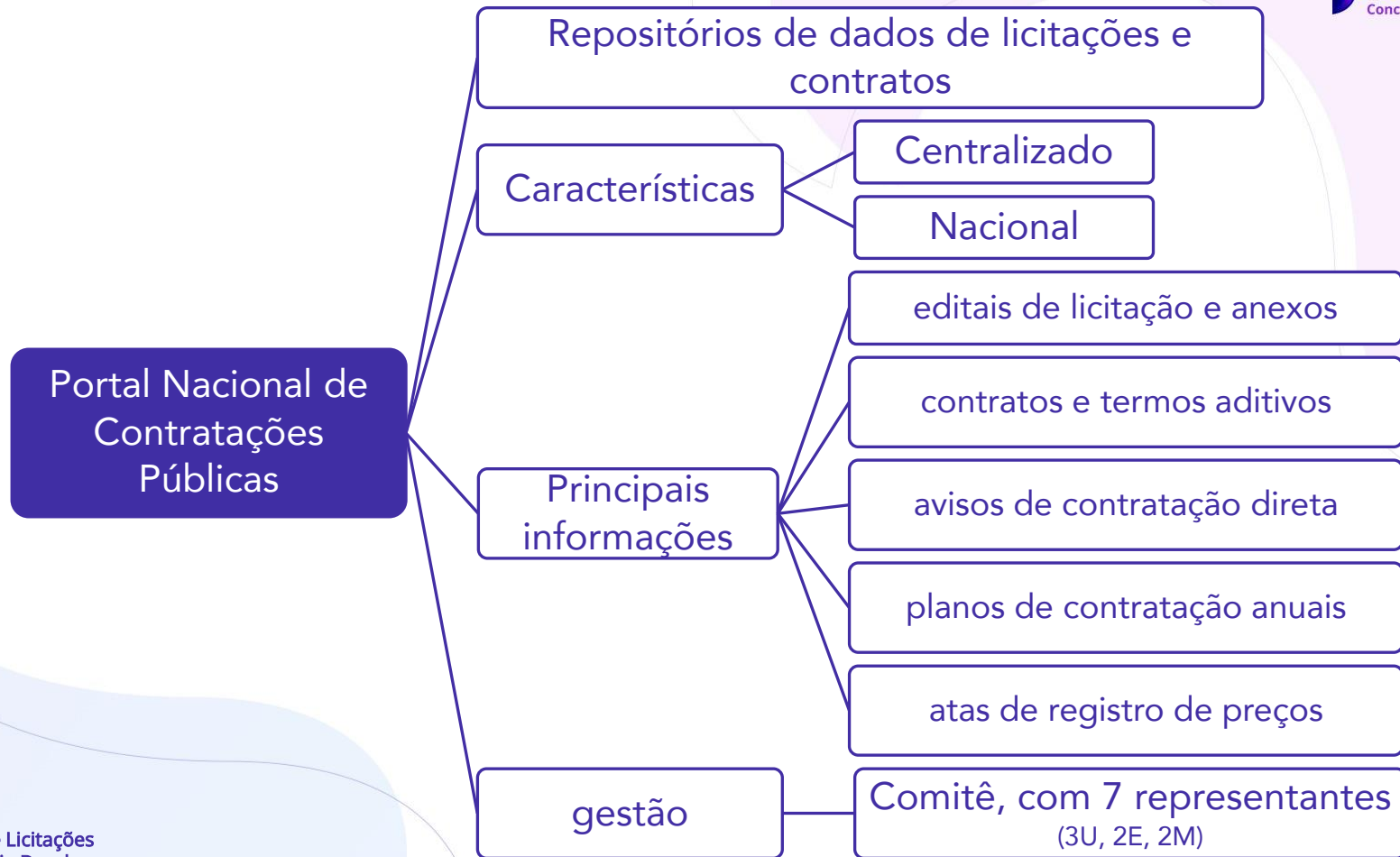
Projeto Básico

Projeto Executivo

# Outras definições importantes





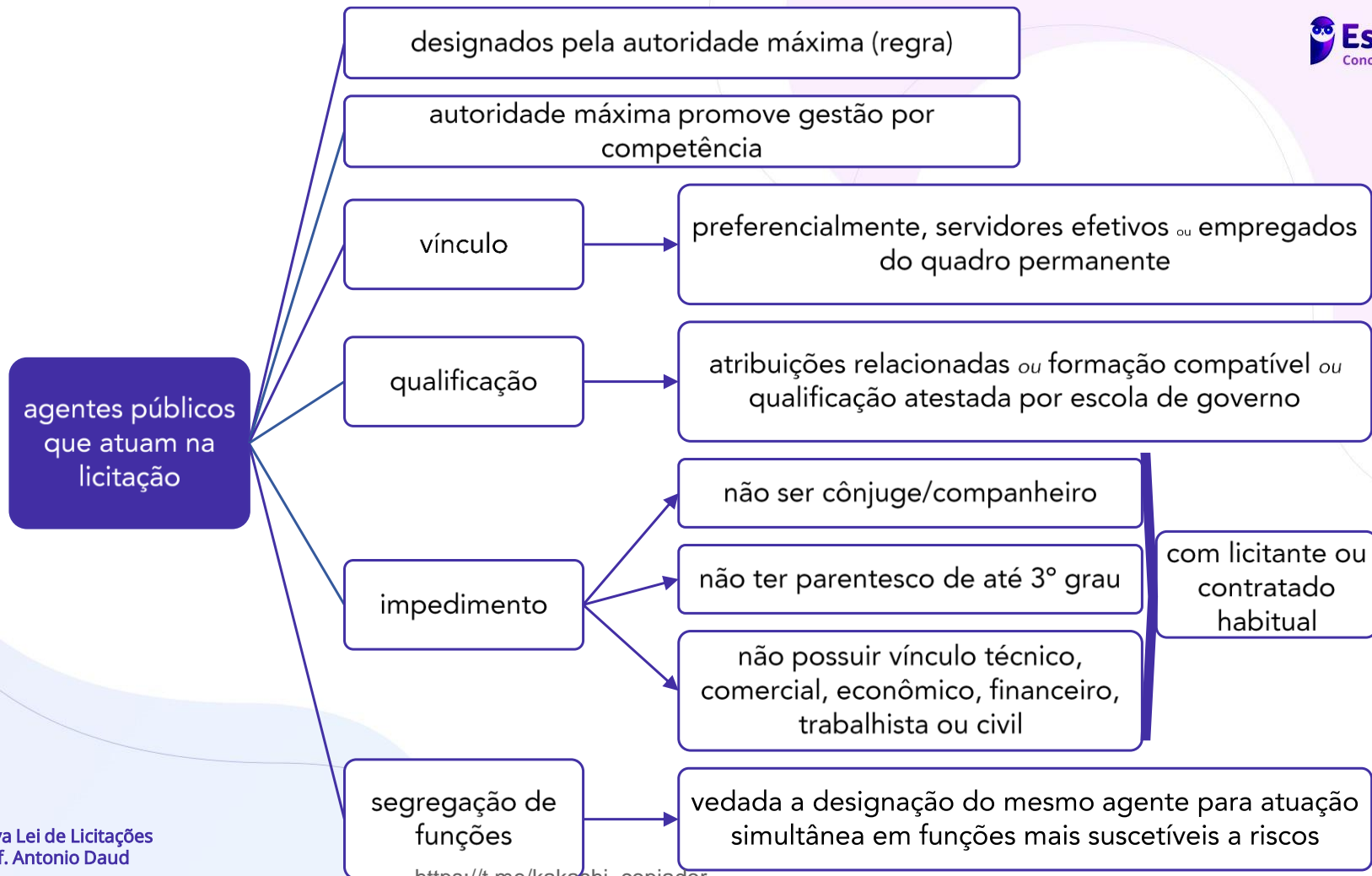


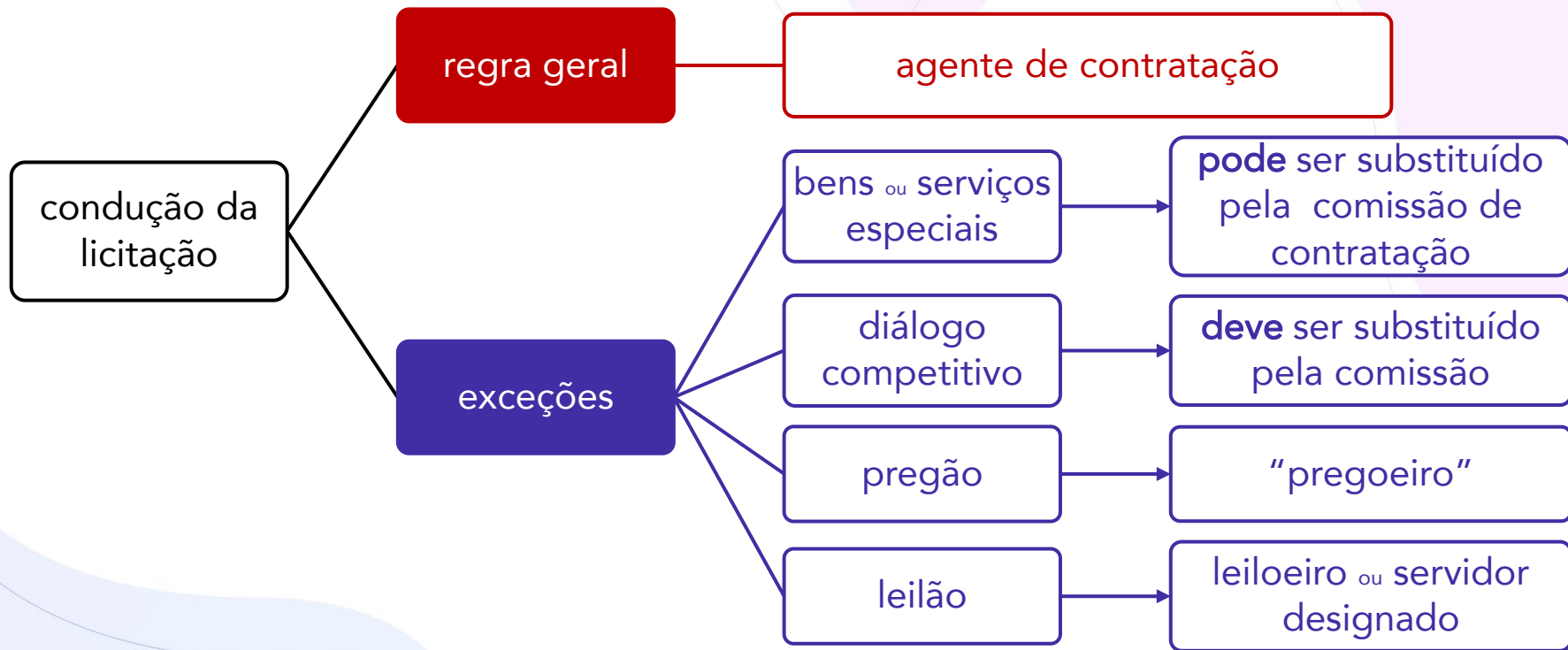




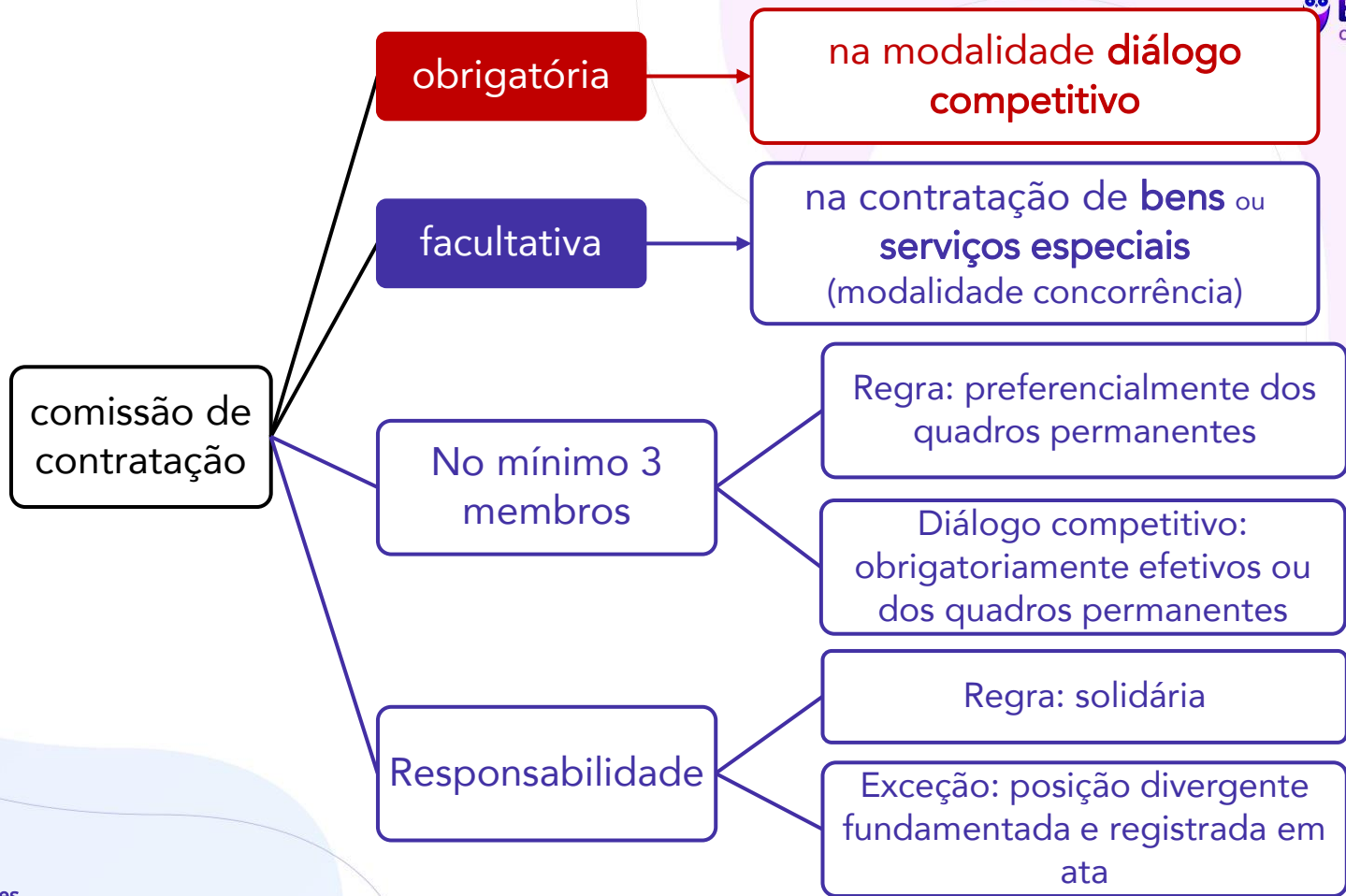
# AGENTES PÚBLICOS QUE ATUAM NA LICITAÇÃO

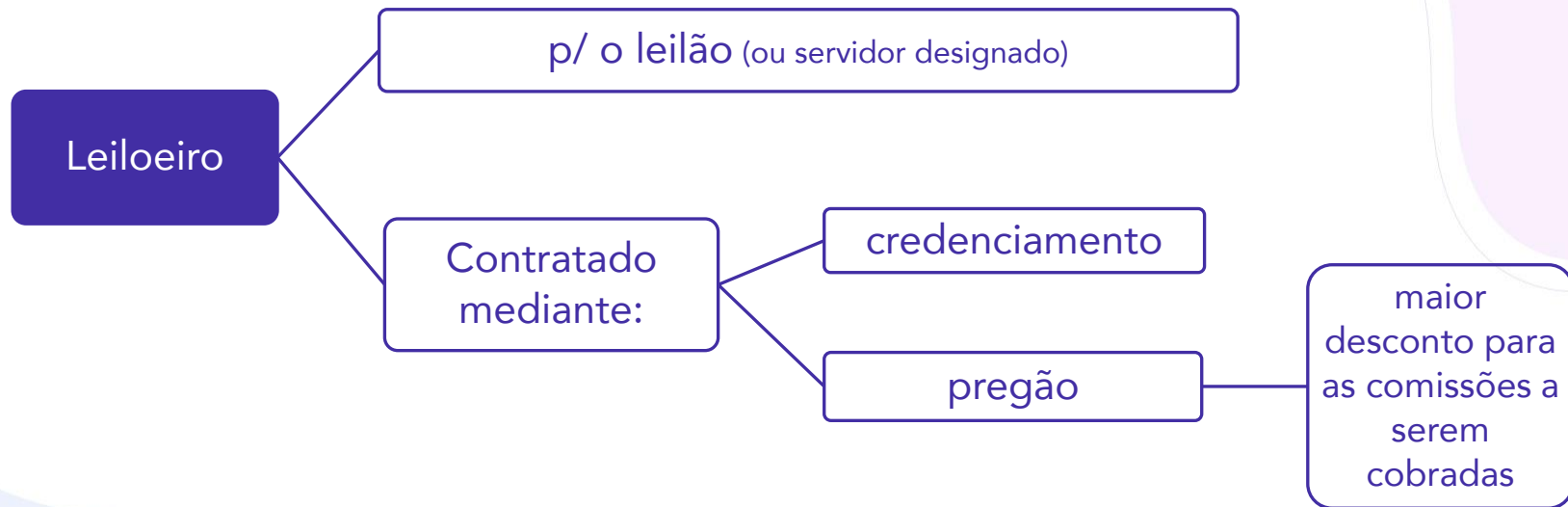
Prof. Antonio Daud

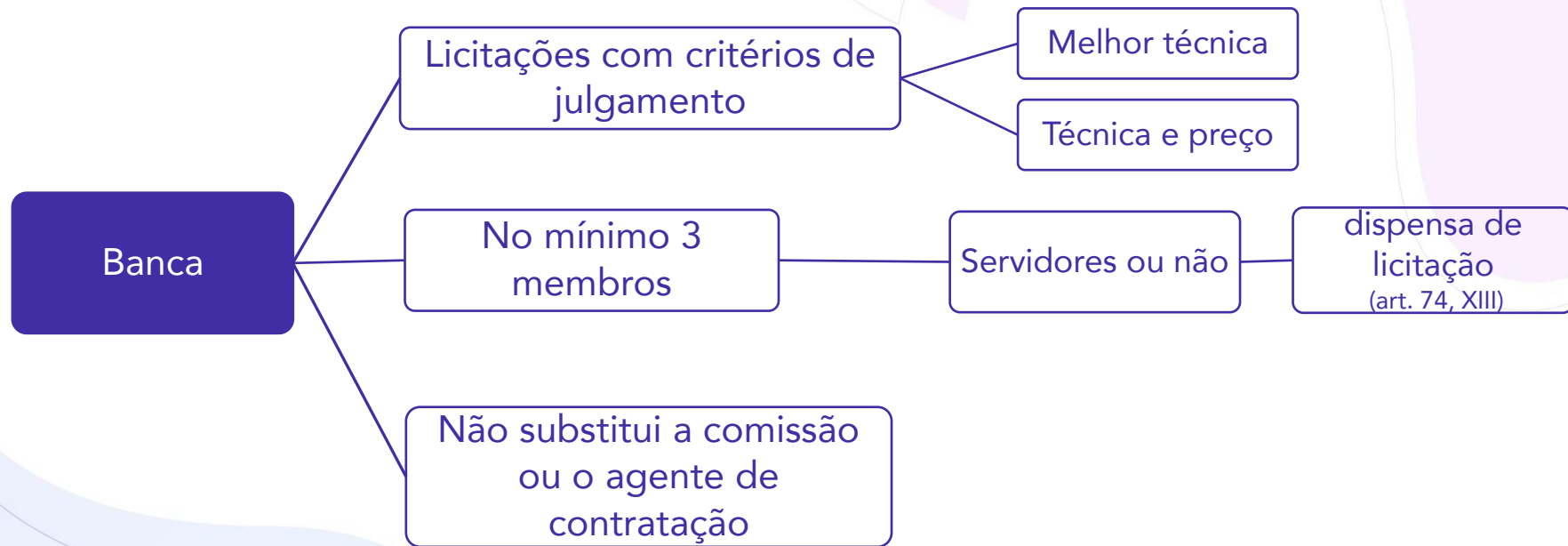




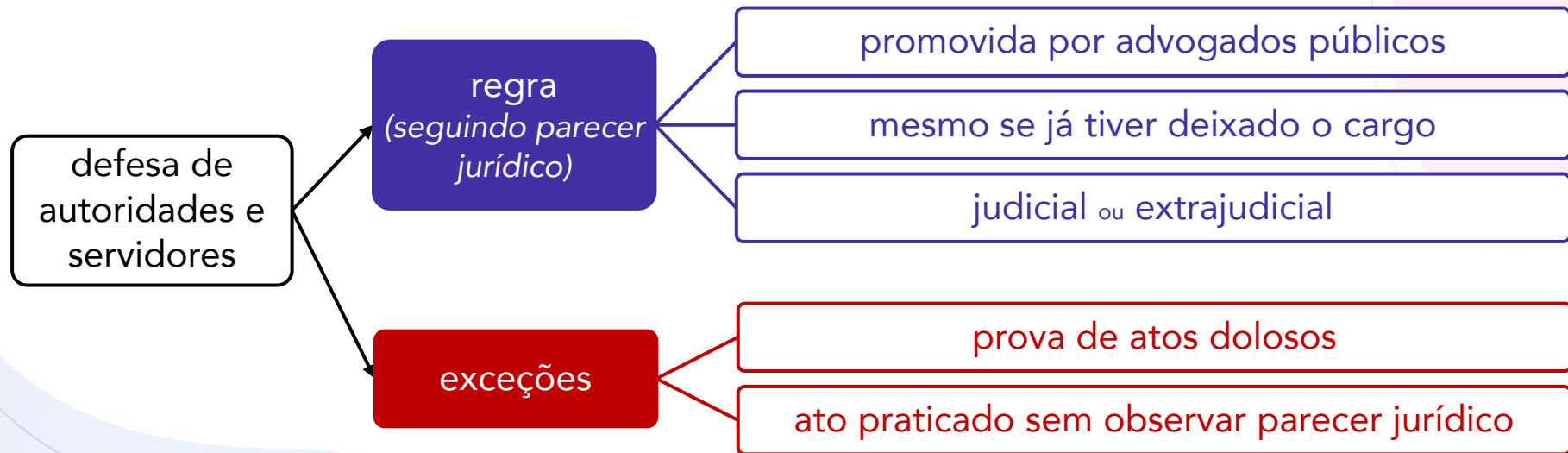




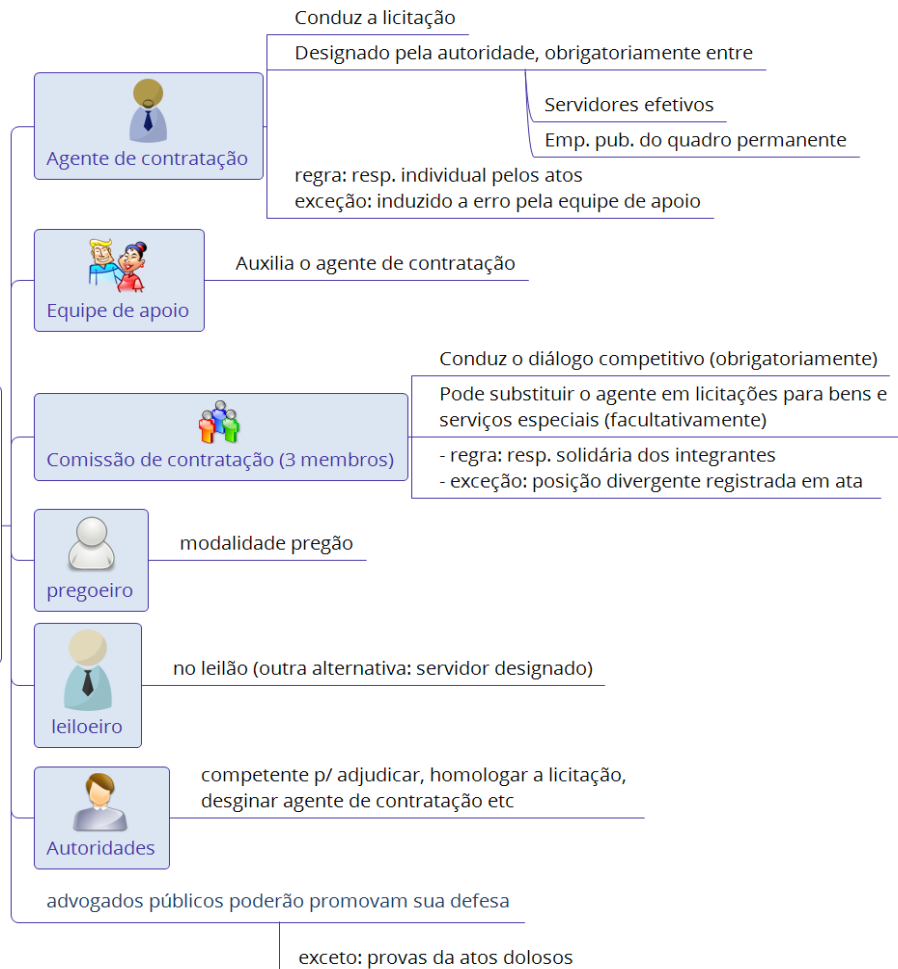




# Defesa de servidores ou autoridades









# MODALIDADES

Prof. Antonio Daud



# O QUE MUDOU?

## modalidades mantidas

Concorrência

Leilão

Concurso

Pregão

## nova modalidade

Diálogo  
competitivo

## Modalidades extintas

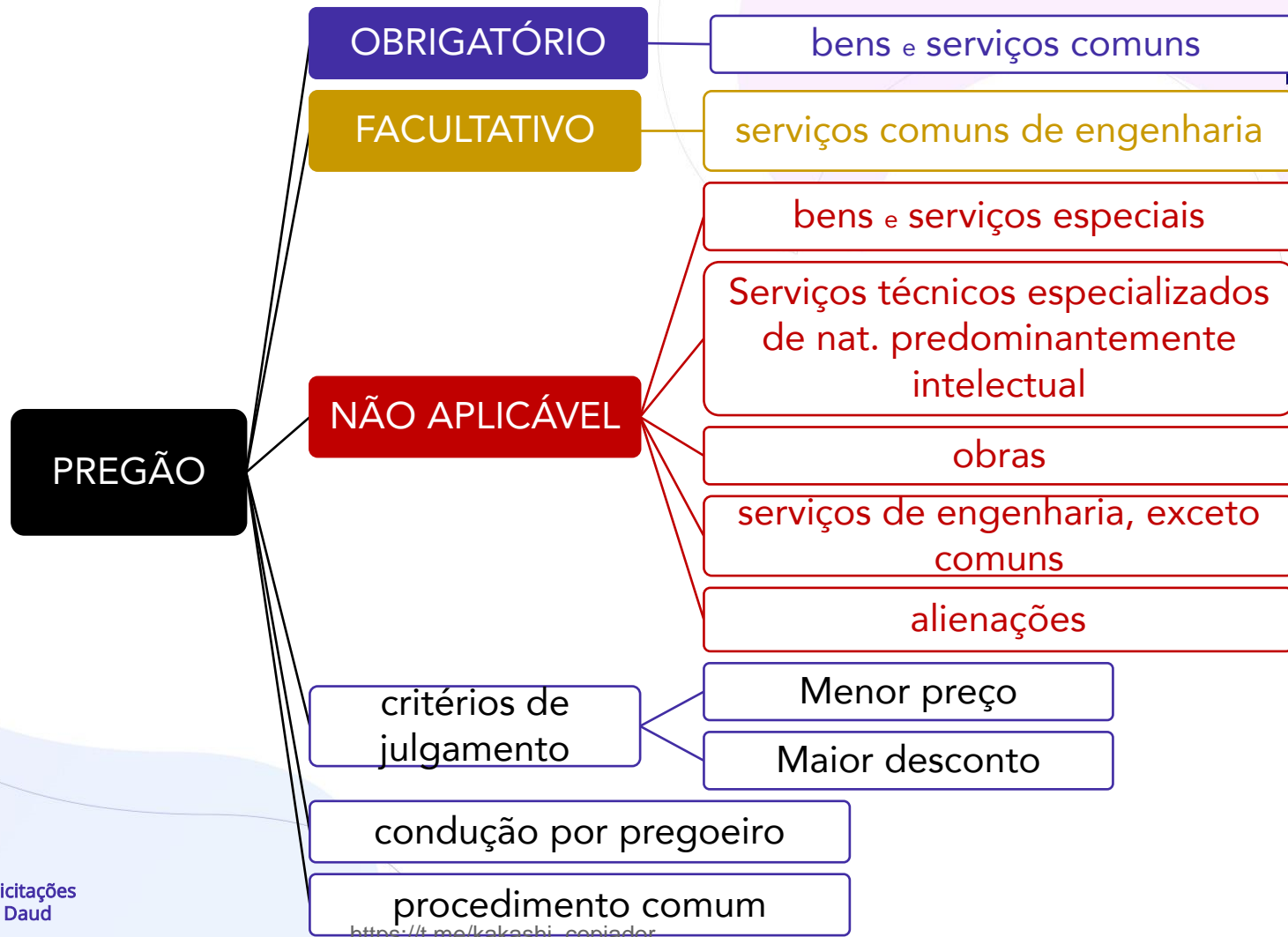
~~Tomada de preços~~

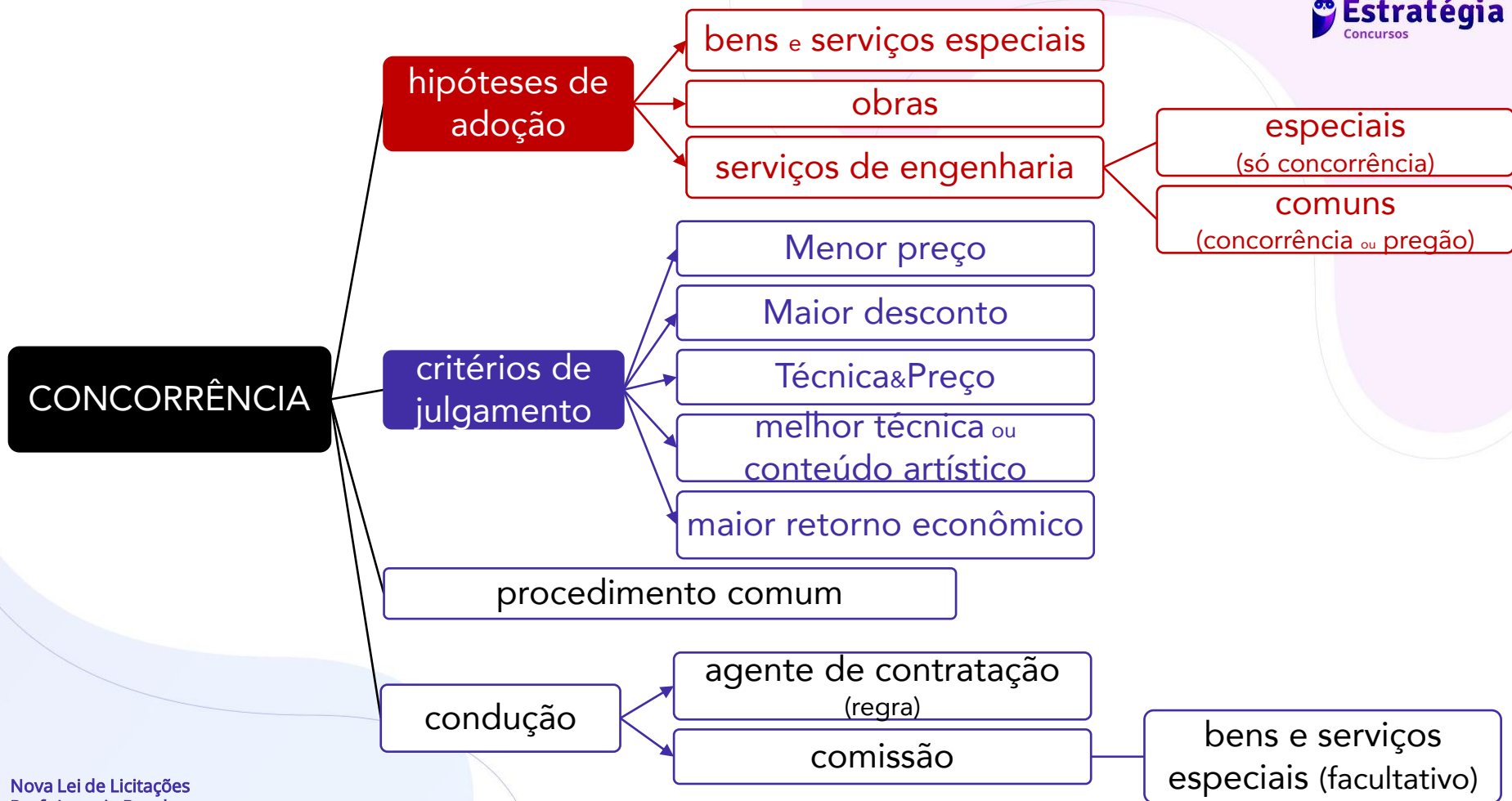
~~Convite~~

~~RDC~~ (Lei 12.462)

## Modalidades (art. 28)

- pregão
- concorrência
- concurso
- leilão
- diálogo competitivo





## concorrência

- bens e serviços especiais
- obras
- serv. de engenharia, comuns e especiais

critérios: todos, exceto maior lance

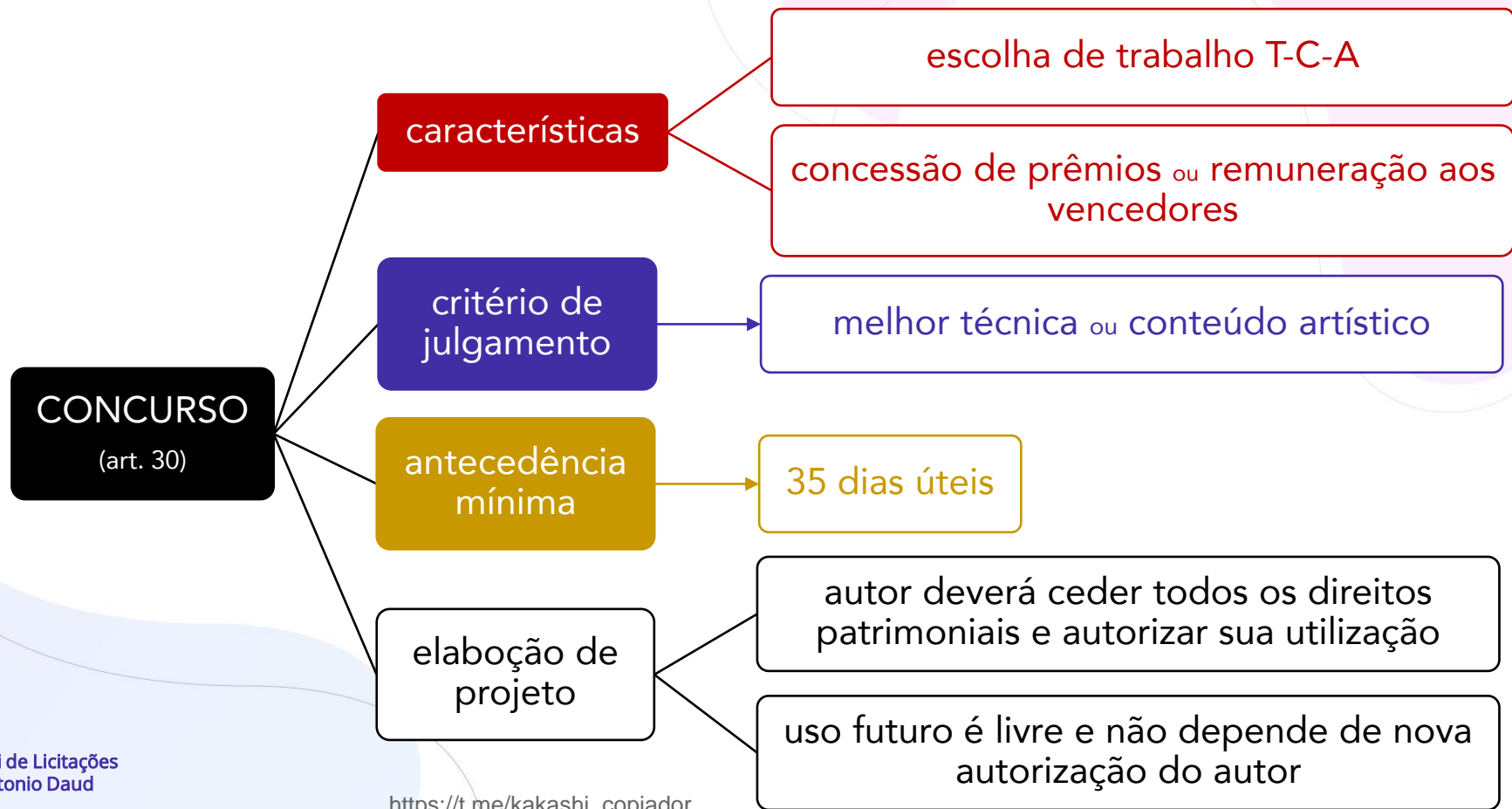
agente de contratação ou comissão

## pregão

bens e serviços comuns

critérios: menor preço ou maior desconto

“pregoeiro”







# Leilão

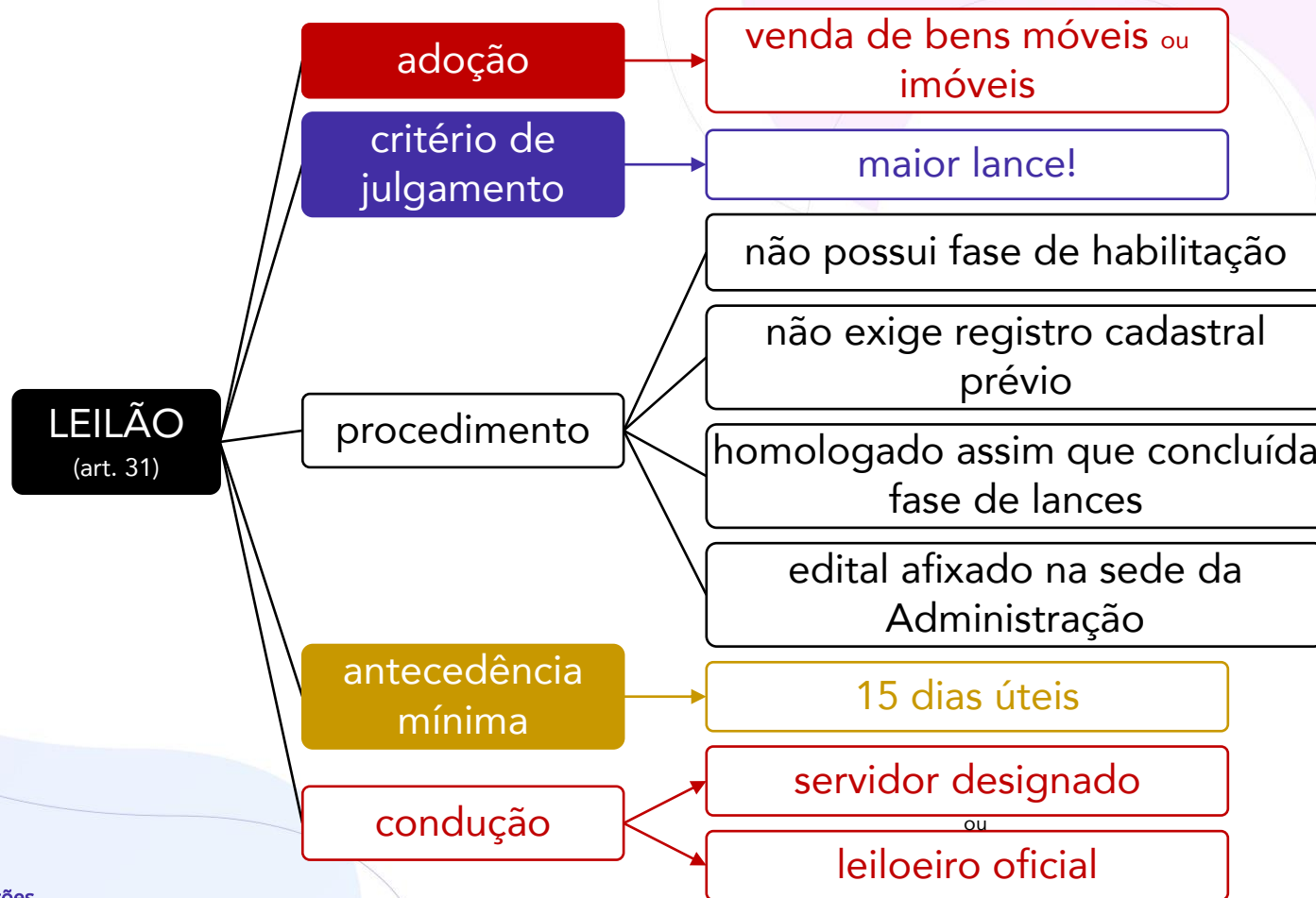
Art. 6º, XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de **bens imóveis** ou de **bens móveis** inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - tratando-se de **bens imóveis**, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na **modalidade leilão**, dispensada a realização de licitação nos casos de:

(..)

II - tratando-se de **bens móveis**, dependerá de licitação na **modalidade leilão**, dispensada a realização de licitação nos casos de:



# Diálogo competitivo

1ª fase

- diálogos com fornecedores (p/ definir a solução a ser contratada)

2ª fase

- competição entre os licitantes (p/ definir o vencedor da licitação)

# Diálogo competitivo

Art. 6º, XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

## hipóteses - diálogo competitivo

objeto que envolva as seguintes condições:

**inovação** tecnológica ou técnica

**impossibilidade** de o órgão ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de **soluções disponíveis no mercado**

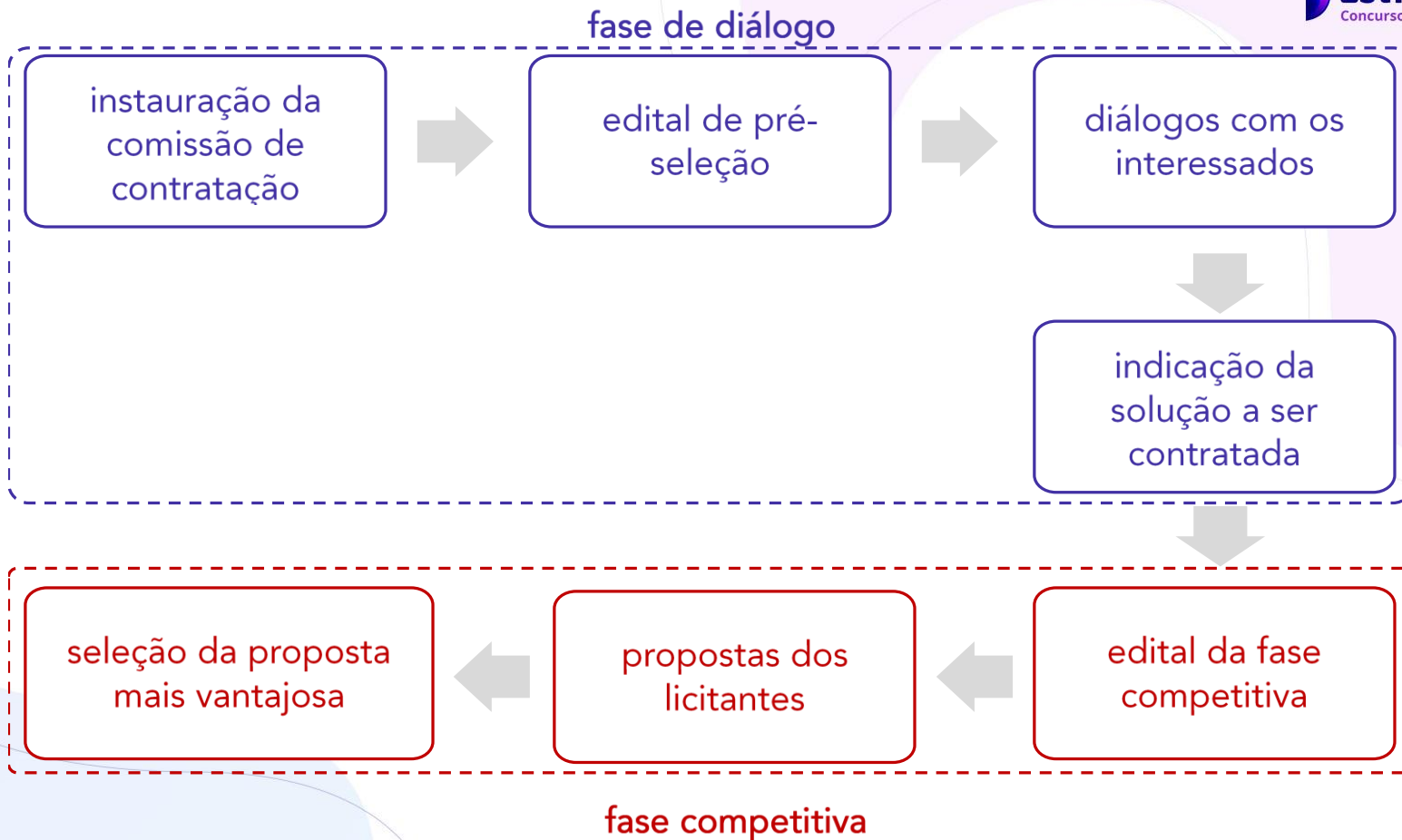
impossibilidade de **definir as especificações** com precisão suficiente pela Administração

necessidade de definir e **identificar as alternativas que possam satisfazer suas necessidades**, com destaque para os seguintes aspectos:

**solução técnica** mais adequada

os **requisitos técnicos** aptos a concretizar a **solução** já definida

estrutura jurídica ou financeira do **contrato**



Edital da pré-  
seleção

»»

critérios empregados  
para **pré-seleção** dos  
licitantes

»»

25 dias úteis

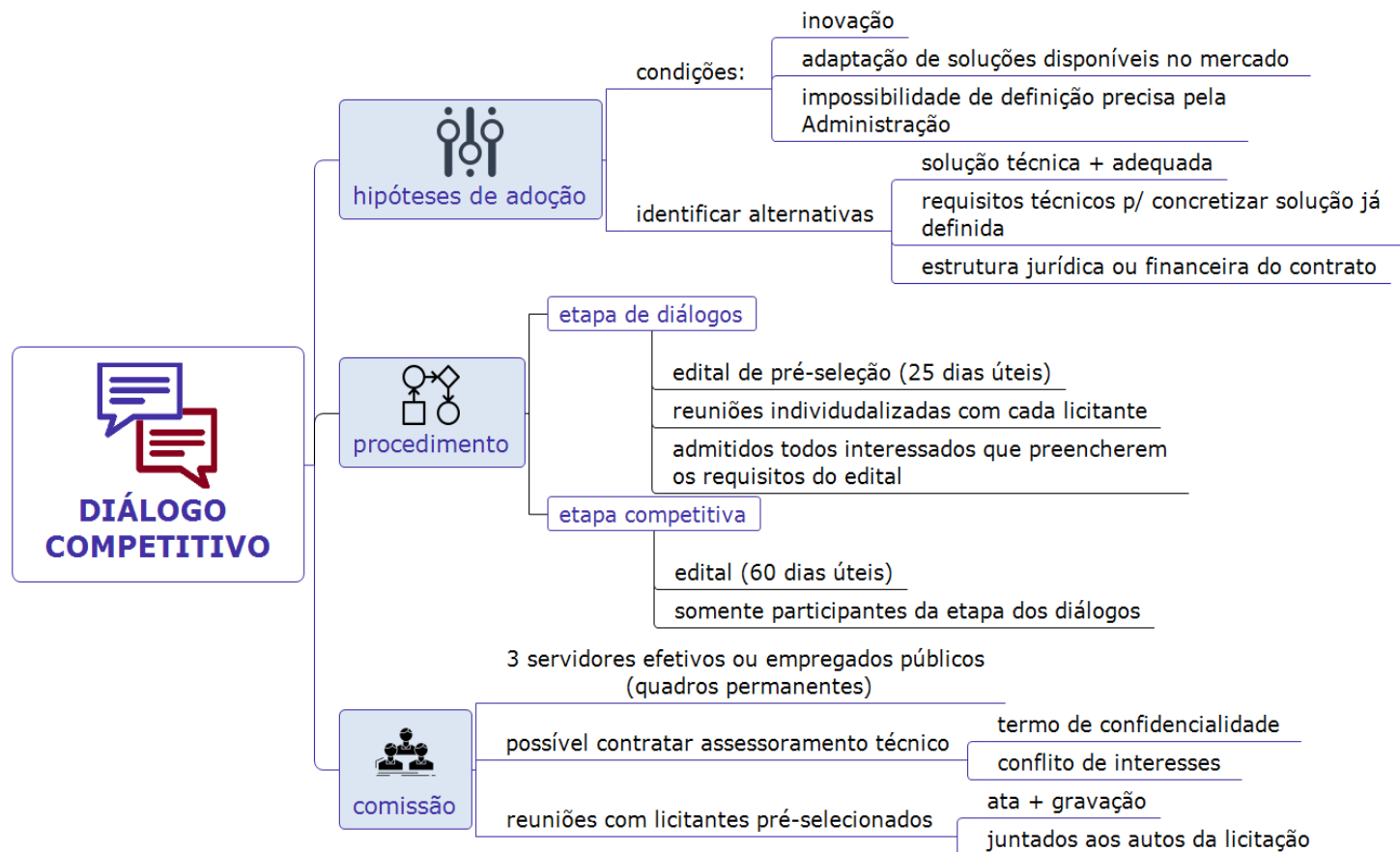
Edital da fase  
competitiva

»»

critérios para a **seleção**  
da **proposta vencedora**

»»

60 dias úteis





## Concorrência

bens e serviços especiais

obras

serviços de engenharia  
especiais (obrigatória)

serviços de engenharia  
comuns (facultativa)

todos os critérios, exceto  
maior lance

procedimento comum

agente de contratação ou  
comissão (facultativo)

## Pregão

obrigatório p/ obj. comuns

facult. p/ serv. eng. comuns

~~obras~~ ~~serv. tec.  
espec.~~ ~~especi  
ais~~

menor preço ou maior desconto

procedimento comum

pregoeiro

## Diál. competitivo

inovação / adaptação de  
soluções

edital de pré-seleção:  
25 dias úteis

edital da fase competitiva:  
60 dias úteis

participam da f. competitiva  
só pré-selecionados

comissão de 3 efetivos /  
empregados perman.

## Concurso

escolha de trabalho T-C-A

vencedor recebe  
prêmio/remuneração

melhor técn. ou cont. artístico

antecedência: 35 dias úteis

## Leilão

Alienações de bens

leiloeiro ou servidor desig.

maior lance

sem habilitação

sem registro cadastral prévio

antecedência: 15 dias úteis

# Adoção da modalidade licitatória



obras

- concorrência

serviços de engenharia

- especiais: concorrência
- comuns: pregão ou concorrência

serviços em geral

- especiais: concorrência
- comuns: pregão

compras

- bens especiais: concorrência
- bens comuns: pregão

alienações

- leilão

trabalho técnico, científico ou artístico

- concurso

inovação tecnológica (Obras, serviços e compras - atendidos requisitos)

- diálogo competitivo



# CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Prof. Antonio Daud

## NLL - critérios de julgamento

menor  
preço

maior  
desconto

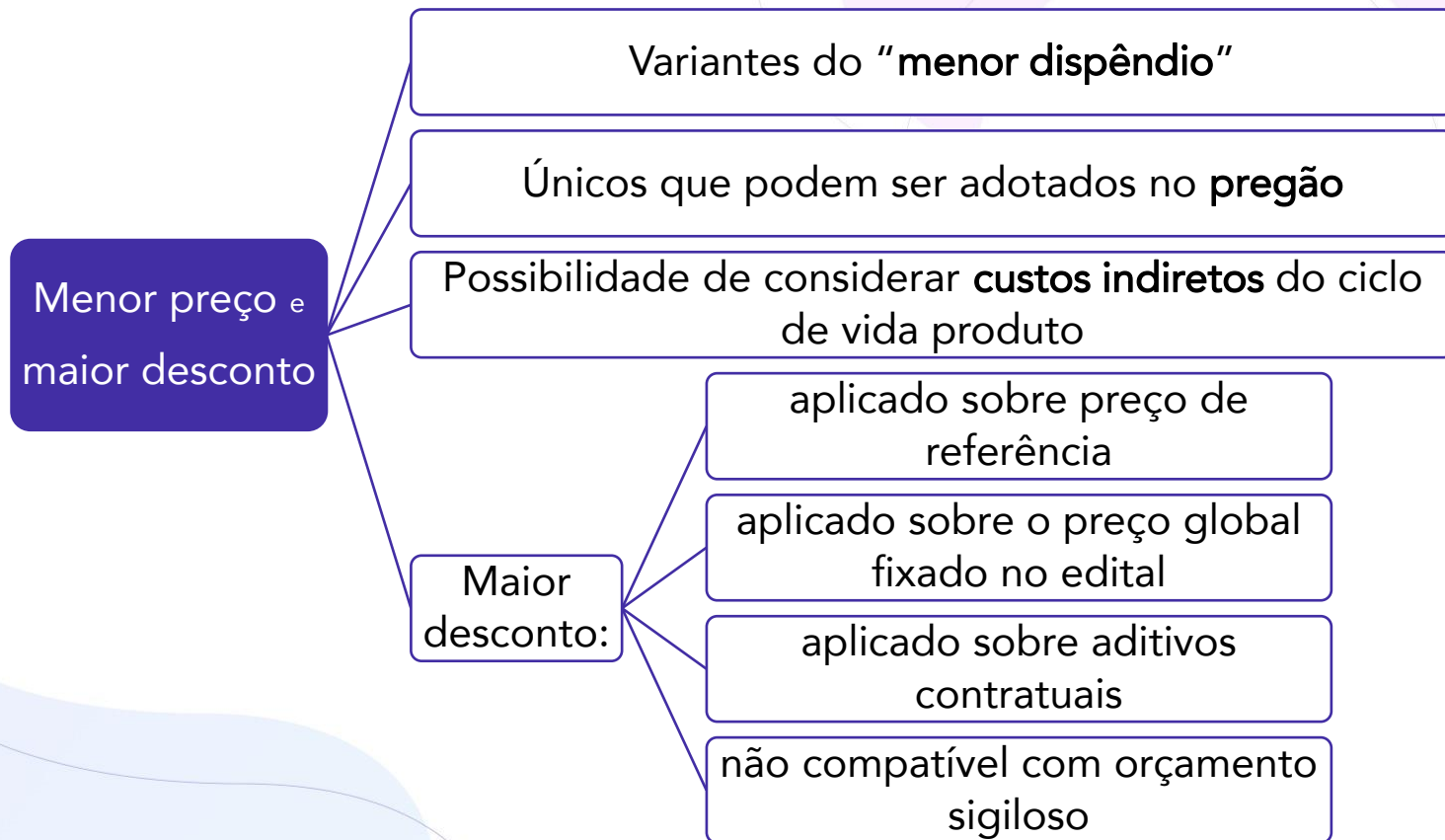
melhor técnica ou  
conteúdo artístico

técnica e  
preço

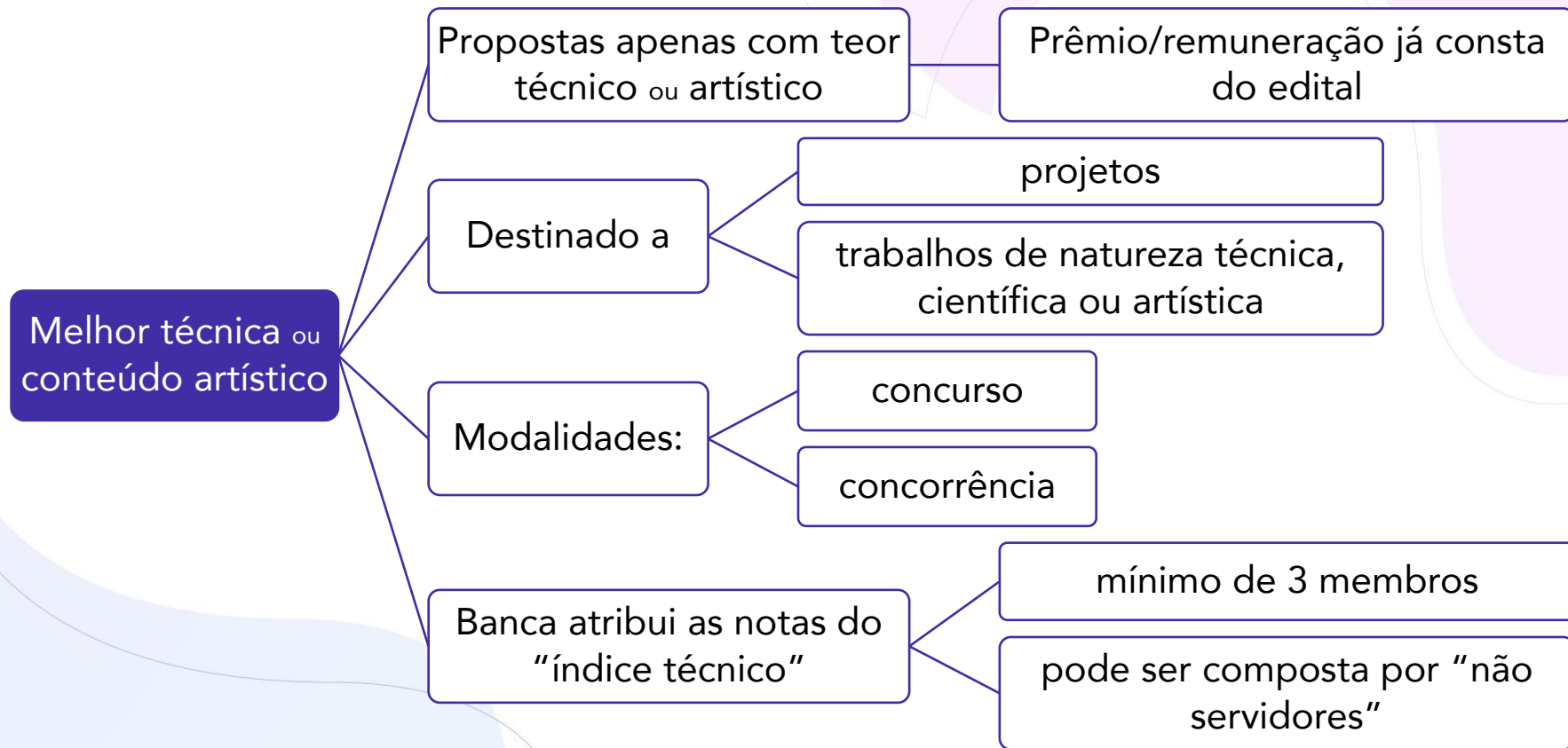
maior  
lance

maior retorno  
econômico

# Menor preço e maior desconto (art. 34)



# Melhor técnica ou conteúdo artístico (art. 35)



# Técnica e Preço (art. 36)

		Fornecedor A		Fornecedor B	
Fatores técnicos	Peso	Nota	Pontuação	Nota	Pontuação
a) prazo de entrega;	1	8	8	9	9
b) suporte de serviços;	3	8	24	9	27
c) qualidade;	1	9	9	10	10
d) padronização;	3	10	30	8	24
e) compatibilidade;	3	7	21	8	24
f) desempenho; e	1	8	8	9	9
g) garantia técnica;	1	8	8	8	8
<b>PONTUAÇÃO TÉCNICA</b>			108		111
<b>ÍNDICE TÉCNICO (IT)</b>			0,97		1,00
<b>PREÇO</b>			85.000,00		100.000,00
<b>ÍNDICE DE PREÇOS (IP)</b>			1,00		0,85
<b>(..)</b>					



## Técnica e preço

Média do Índice técnico com índice de preço

Máximo de **70%** para a **pontuação técnica**

Apenas na concorrência

**Desempenho pretérito** em contratos com a Admin.

Hipóteses  
(justificativa):

**serviços** técnicos especializados **de natureza predominantemente intelectual** (critério preferencial)

**tecnologia** sofisticada e de **domínio restrito**

**bens** e **serviços especiais** de TIC

**obras** e **serviços especiais** de engenharia

objetos que admitam **soluções específicas** e **alternativas** e **variações de execução**

# Maior Lance

- ❑ Alienações de bens
- ❑ Exclusivo do leilão

# Maior retorno econômico (art. 39)

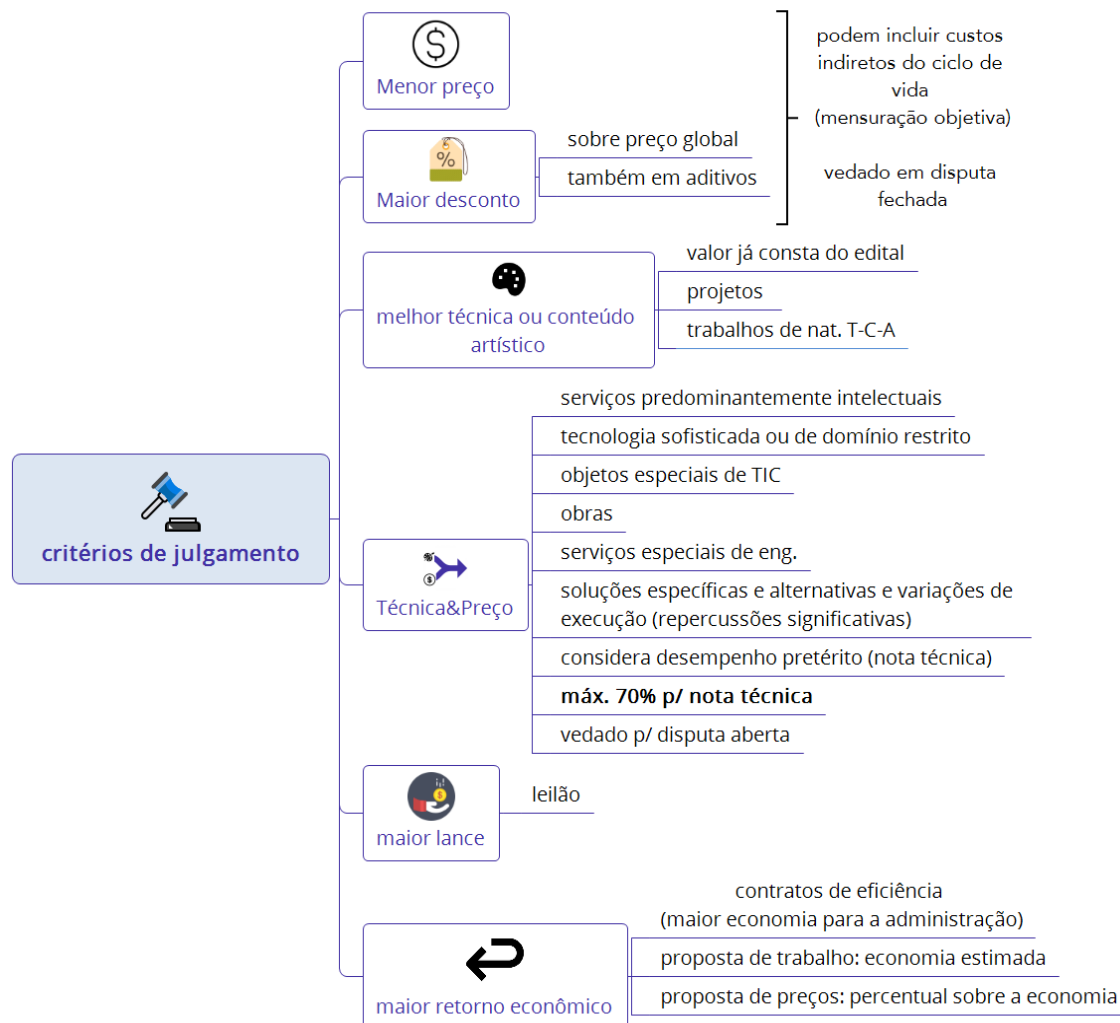
- ❑ objetivo = gerar **maior economia** para a administração pública
- ❑ Redução de despesas da Administração
- ❑ contratos de eficiência
- ❑ apenas na concorrência

Art. 6º, LIII - contrato de eficiência: contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o **objetivo de proporcionar economia** ao contratante, na forma de **redução de despesas correntes**, remunerado o contratado com base em **percentual da economia gerada**;

# Maior retorno econômico (art. 39)

- ❑ Proposta de trabalho:
  - obras, serviços, bens
  - economia estimada (em unidade monetária)
- ❑ proposta de preço:
  - percentual sobre a economia que se estima
- ❑ Julgamento = economia – propostaDePreço

Modalidade	Tipo(s)
Pregão	menor preço maior desconto
Concorrência	menor preço maior desconto melhor técnica ou conteúdo artístico técnica e preço maior retorno econômico
Concurso	melhor técnica ou conteúdo artístico
Leilão	maior lance





# PROCEDIMIENTOS AUXILIARES

## Procedimentos auxiliares (art. 78)

- Credenciamento
- SRP – sistema de registro de preços
- Pré-qualificação
- PMI – Procedimento de manifestação de interesse
- Registro cadastral



# 1) Credenciamento (art. 79)

- ❑ Utilizado mesmo antes da NLL
- ❑ Inexigibilidade de licitação (art. 74, IV)
- ❑ Exemplos:

Art. 6º, XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

contratação paralela e não  
excludente

- caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de **contratações simultâneas** em condições padronizadas

com seleção a critério de  
terceiros

- caso em que a **seleção** do contratado está a **cargo do beneficiário direto da prestação**

em mercados fluidos

- caso em que a **flutuação constante do valor** da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação

# Credenciamento: fixação de preços



# Pré-qualificação (art. 80)

## pré-qualificação

proced. auxiliar (ocorre fora  
de um processo licitatório)

permanentemente aberta

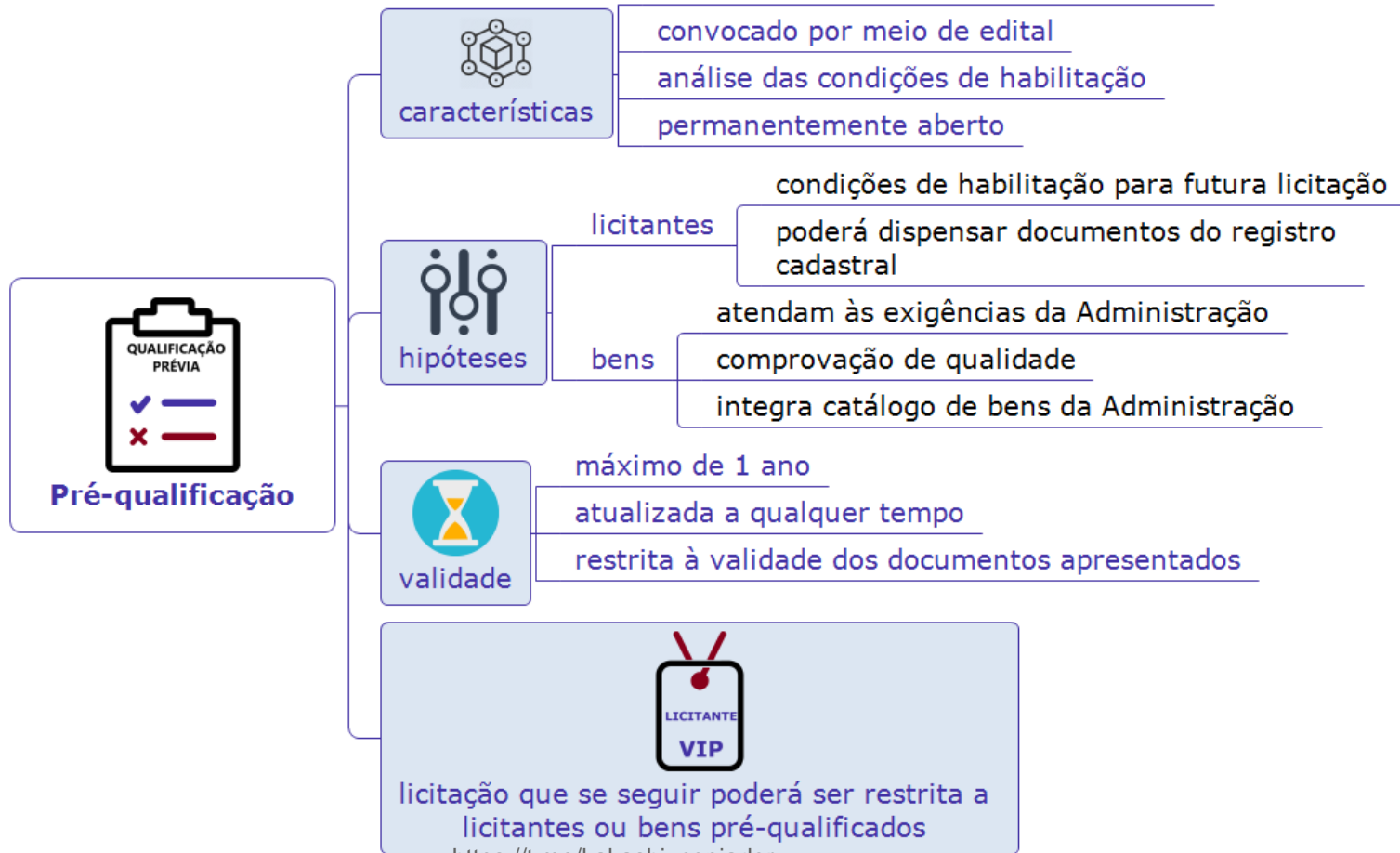
licitantes e bens

## habilitação

fase da licitação

apenas durante uma  
licitação

licitantes

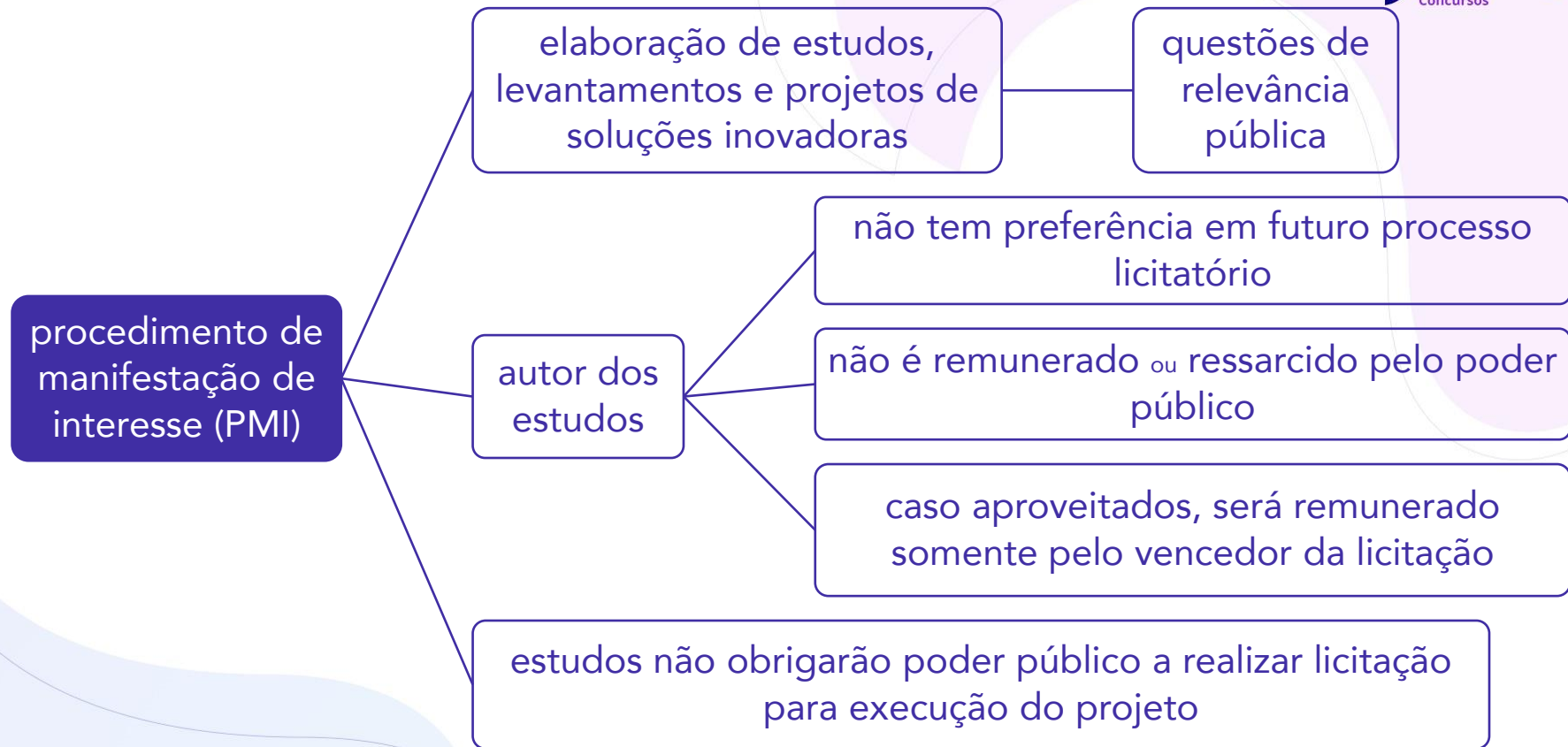




# Procedimento de manifestação de interesse (art. 81)

Art. 81. A Administração poderá **solicitar à iniciativa privada**, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de **estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras** que contribuam com **questões de relevância pública**, na forma de regulamento.





## 5) Registro de Preços (arts. 82-86)

- ❑ Listagem de produtos e fornecedores, previamente selecionados, para futuras contratações
- ❑ objetos:
  - bens
  - serviços
  - obras
  - serv. engenharia
- ❑ Exemplos
- ❑ Benefícios

## SRP antes da NLL

**prazo máximo de 1 ano**  
(já incluídas as prorrogações)

obrigatória licitação nas  
modalidades **concorrência** ou  
**pregão**

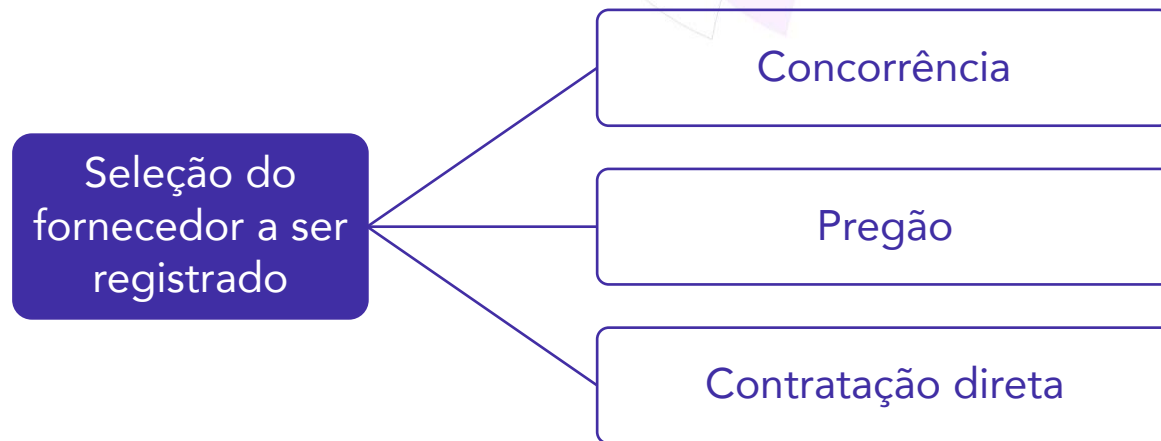
utilizado para **bens** e **serviços\***

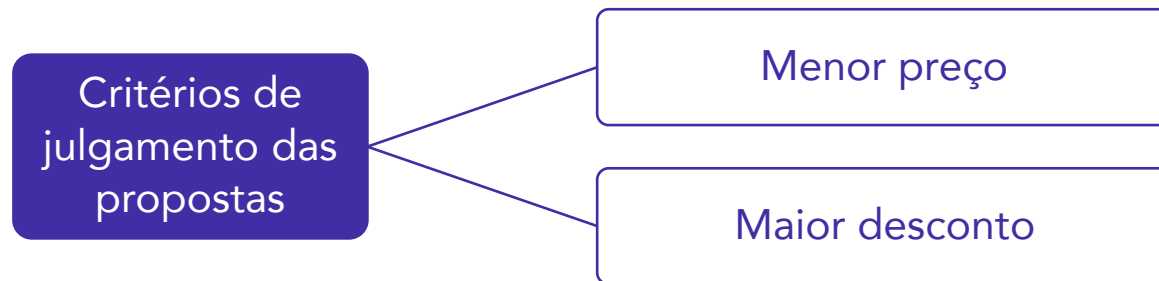
## SRP na NLL

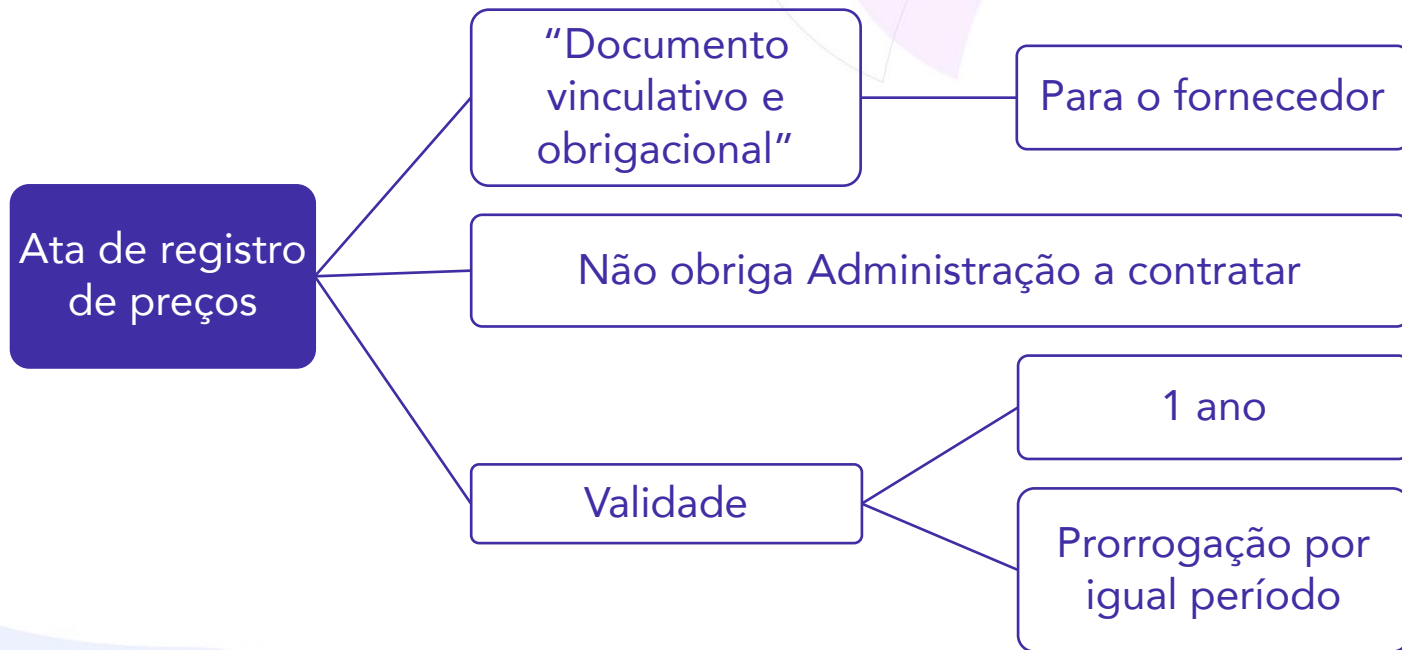
**prazo de 1 ano**, prorrogável por  
igual período

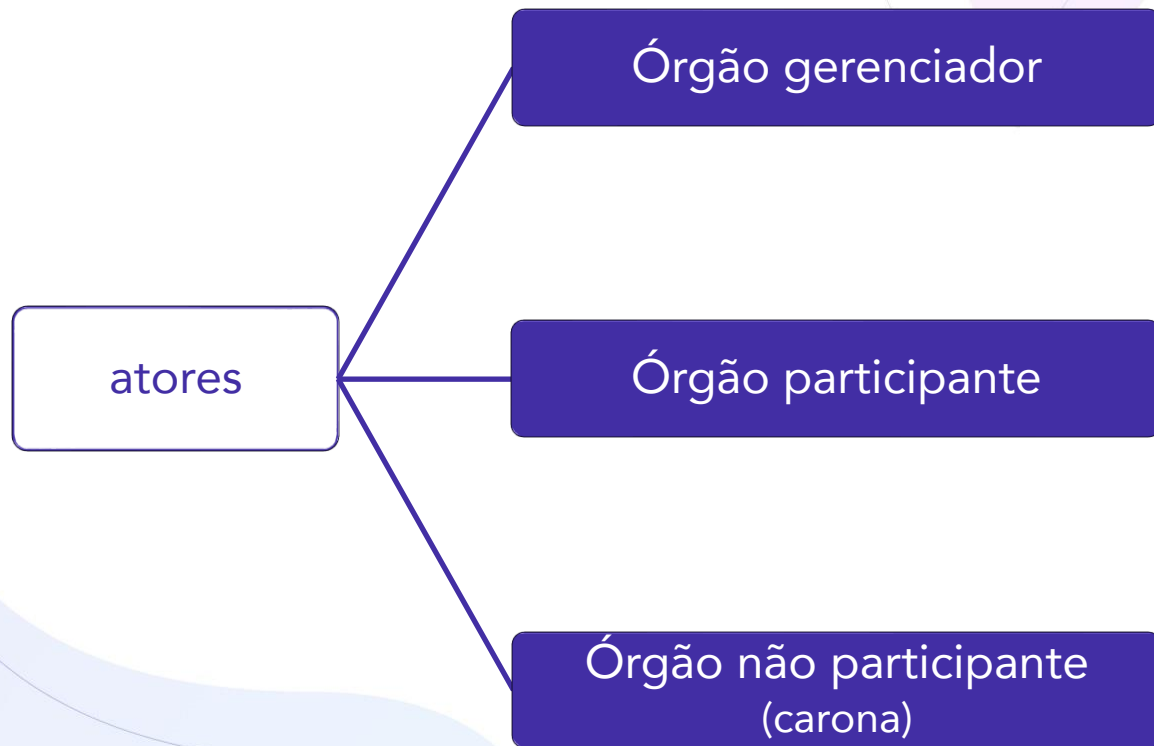
seleção do fornecedor mediante  
**dispensa** ou **inexigibilidade** ou  
licitação nas modalidades  
**concorrência** ou **pregão**

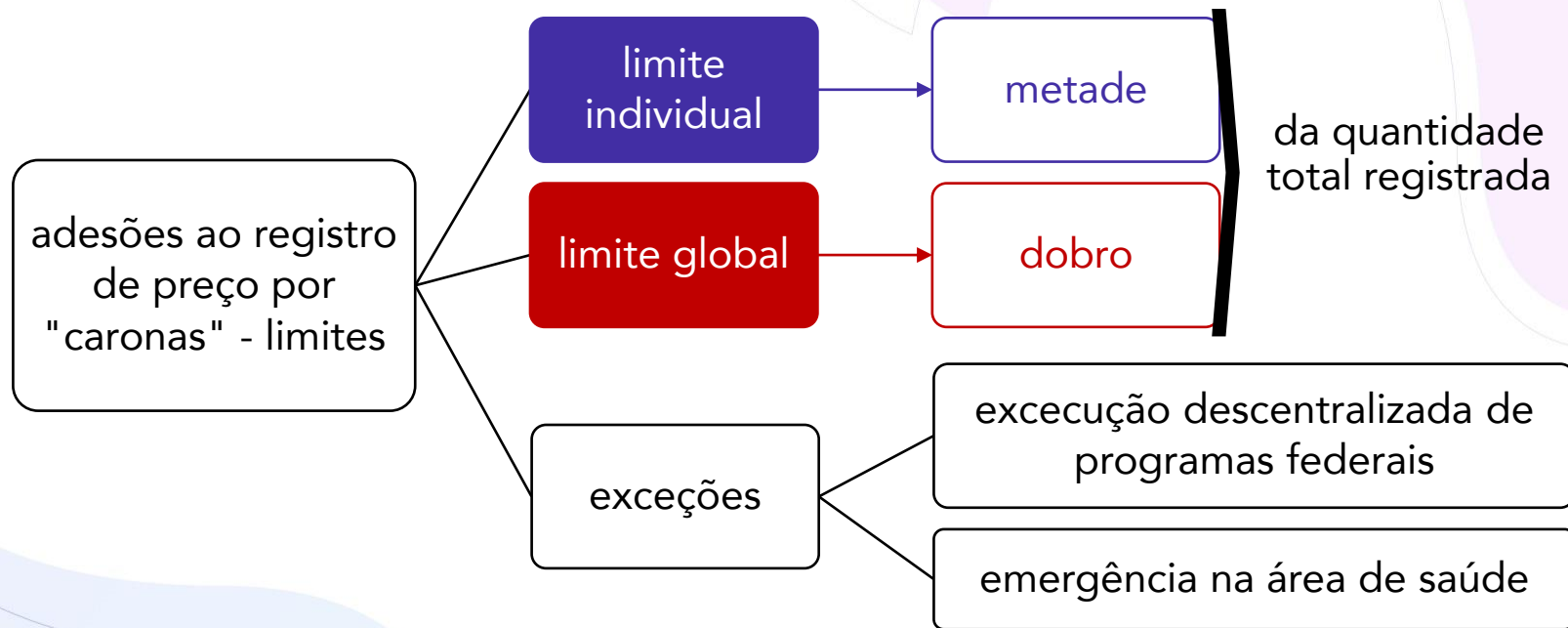
utilizado para **obras, serviços de  
engenharia, locações** e bens e  
serviços













# Adesão a ARPs de outros entes



ARP estadual, distrital ou municipal

- Ente federal não pode aderir

ARP federal

- Estados e municípios podem aderir?



## Procedimento

## Características

Credenciamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- contratação paralela e não excludente</li> <li>- seleção a critério de terceiros</li> <li>- mercados fluidos</li> </ul>	Inexigibilidade de licitação	Preço fixado em edital (contratação paralela e não excludente / seleção a critério de terceiros)
Pré-qualificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- licitantes</li> <li>- bens</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- permanente</li> <li>- Máximo de 1 ano</li> </ul>	Licitação pode ser restrita a pré-qualificados
Registro cadastral	Cadastro unificado de licitantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- permanente</li> <li>- chamamento público ao menos a cada ano</li> </ul>	Licitação pode ser restrita a cadastrados (admitido cadastro dentro do prazo das propostas) Leilão: não exige R.C.
PMI – proced. manif. de interesse	elaboração de estudos, levantamentos e projetos de soluções inovadoras	Autor não tem preferência em futuro processo licitatório; não é remunerado pelo poder público; caso aproveitados, remunerado pelo vencedor da licitação	estudos não obrigarão poder público a realizar licitação
SRP – sist. de reg. de preços	Seleção via pregão, concorrência ou contratação direta	Validade 1 ano (prorrog. igual período)	Existência da ata não obriga a contratar; mas obriga particular a fornecer, caso convocado



# OBRIGADO



@professordaud



t.me/professordaud